

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

LAURA MARINA JAIME RAMOS

**ROMARIA DAS ÁGUAS:
AMBIENTE, AFETO E REPRESENTAÇÕES NAS PRAIAS DO
RIO ARAGUAIA/GO**

**GOIÂNIA
2011**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Laura Marina Jaime Ramos	
E-mail:		lauralijaime@yahoo.com.br	
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?		☒ Sim ☐ Não	
Vínculo empregatício do autor		Pesquisadora CNPq – EXPC-C	
Agência de fomento:		Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sigla: Cnpq
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ:
Título: Romaria das Águas: Ambiente, Afeto e Representações nas praias do Rio Araguaia - GO			
Palavras-chave:		Rio Araguaia. Ambiente. Prática cultural tradicional. Topofilia. Turismo. Impactos ambientais. Patrimônio Natural e Cultural.	
Título em outra língua:		Pilgrimage of waters: Environment, affection and representations on the beaches of Rio Araguaia/GO	
Palavras-chave em outra língua:		Araguaia River. Environment. Traditional cultural practice. Topofilia. Tourism. Environmental impacts. Natural and Cultural Heritage	
Área de concentração:		Natureza e Produção do Espaço	
Data defesa:		12/12/2011	
Programa de Pós-Graduação:		Programa de Pós-graduação em Geografia - IESA	
Orientador (a):		Sandra de Fátima Oliveira	
E-mail:		sanfaoli@gmail.com	
Co-orientador (a):*		--	
E-mail:		--	

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LAURA MARINA JAIME RAMOS

**ROMARIA DAS ÁGUAS
AMBIENTE, AFETO E REPRESENTAÇÕES NAS PRAIAS
DO RIO ARAGUAIA/GO**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Espaço e Práticas Culturais

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra de Fátima de Oliveira.

**GOIÂNIA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

R175r	Ramos, Laura Marina Jaime. Romaria das Águas [manuscrito]: ambiente, afeto e representações nas praias do Rio Araguaia-GO/Laura Marina Jaime Ramos. - 2011. 238 f. : il, figs, tabs. Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra de Fátima Oliveira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2011. Bibliografia. Inclui listas. 1. Araguaia, Rio – Aruanã (GO). 2. Araguaia, Rio - Turismo. 3. Turistas – Educação ambiental – Araguaia, Rio. I. Título. CDU: 502.1(817.3)
-------	---

LAURA MARINA JAIME RAMOS

**ROMARIA DAS ÁGUAS: AMBIENTE, AFETO E REPRESENTAÇÕES
NAS PRAIAS DO RIO ARAGUAIA/GO**

Tese defendida no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Doutora em Geografia, aprovada em **12 de Dezembro de 2011**, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes avaliadores:

Prof^a. Dr^a. Sandra de Fátima Oliveira
Presidente da Banca

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Avaliador Externo

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving
Avaliadora externa

Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Maia
Avaliador interno

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
Avaliadora Interna

Profa. Dra. Valéria Cristina Moreira Silva
Avaliadora Substituta

À Vereda, filha amada.

Fecundada por um encontro nas areias do rio Araguaia, gerada no amadurecimento do projeto da pesquisa e companheira na jornada para a produção deste texto: a ti, cujo tempo da tenra infância estive por vezes afastada.

À Lúcia Marina, *in memoriam*, minha querida mãe.

Que, como a ti, não me permite desistir nunca...

As mães são eternas!

À Miron Marcos, meu amado pai, um desbravador.

A ti devo a confiança e a honra pela vida e o amor pelo rio Araguaia.

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração, o carinho e a companhia de várias pessoas especiais. A elas serei eternamente grata:

Ao meu querido marido e companheiro Marcos Nogueira, pela paciência e generosidade, cujo olhar de admiração por várias vezes me sustentou.

À minha família, em especial minha irmã Renatta Jaime de Pina, meu irmão Daniel Jaime Ramos e meu querido pai Miron, que acreditaram e em cujos ombros pude me apoiar e consolar.

Ao Professor João Batista de Deus, amigo e mestre, que me impulsionou e motivou nos momentos em que mais necessitei. Eternamente grata e fiel pelo auxílio e confiança.

Às amigas do LABOTER, Maísa França Teixeira, Jorgeanny Rodrigues de Fátima e Muryel Arantes, pelos momentos de preciosos estudos e aprendizados, de desabafo e alteridade.

Às amigas Muryel Arantes e Gislaine Felisbino, cuja companhia e paciência foram fundamentais para que eu pudesse realizar meu trabalho de campo. Gis, eternamente grata pelo cuidado para com a Vereda naqueles dias de rio Araguaia. Mury, sua companhia foi, além de muito útil, também rica e prazerosa, obrigada pela amizade.

Às amigas de sempre Aurélia Cavalcante, Patrícia Sahium e Renata de Melo. Queridas companheiras de trabalho, aprendizado e diversão.

Ao amigo Sandro Alves Corrêa cujo amor, respeito e admiração pelo rio Araguaia compartilhamos.

Aos professores Carlos Eduardo Santos Maia e Christian de Oliveira, cujas disciplinas e discussões teóricas foram fundamentais para a estruturação do meu olhar sobre o rio Araguaia.

Aos professores, professoras e colaboradores do IESA, em especial professora Maria Geralda de Almeida e Valéria Moreira Silva, pelas contribuições, gentilezas e credibilidade.

À minha querida orientadora Sandra de Fátima Oliveira, pela amizade, crédito, liberdade. Ao amor!

Como tudo no Todo em ordem se equilibra
Na harmonia da vida em que palpita e vibra!
As forças celestiais se exalçam e se amofinam
E no cadinho d'ouro se acumulam e aninham!
Vaporoso vibrar sonoro e insistente
A terra toda envolve e encobre lentamente;
E Tudo em harmonia no Todo está presente!

Que espetáculo! Contudo, é um espetáculo apenas!
Como te alcanço, Natura, em tuas cenas?
E vós, regaço, onde? Fontes de toda vida,
Que o céu e a terra sempre sustentais
E este meu frágil peito de homem torturais!
Jorrai! Logo inundai minha alma ressequida!

Fausto (J.W. Goethe)

RESUMO

Em um vale encravado no cerrado brasileiro nasce o *Berohocy* – Grande Rio, as águas sagradas dos povos autóctones *Iny*, cuja cosmologia ao rio se atribui. Pelos povos não originais, o *Berohocy* foi batizado de Araguaia – ou rio das araras, e os *Iny* apelidados de Karajá. Para os Karajá, o Araguaia se configura com um território simbólico, cujos afetos se constroem com o ambiente onde se imprimem as relações do mundo vivido. E também o é para o Estado de Goiás, pois a ele se atribuem a contribuição para a ocupação do território goiano, nas primeiras bandeiras paulistas empreendidas no atual território goiano. É um elemento natural significativo para a formação político-territorial para o estado de Goiás, e é também símbolo identitário e cultural para os goianos. É o núcleo motivador da mobilidade anual comumente chamada de “temporada dos acampamentos no Araguaia”, cujos atores buscam em suas águas o mesmo afeto sagrado e simbólico que fundamentam a territorialidade Karajá. Nas praias fluviais que emergem da dinâmica da seca no rio Araguaia acontece a atividade social da apropriação das praias com a construção espontânea de acampamentos. Estes são estruturados de forma abrigar grupos de pessoas, normalmente membros de uma mesma família ou de um mesmo grupo social, por períodos que podem chegar a quatro meses (entre junho e setembro) e ocorrem desde a década de 1940. A formação das margens extensas, a facilidade de acesso por diversos municípios, as belezas cênicas da paisagem local com elementos da fauna e da flora e as águas piscosas são os atrativos que contribuem para a retomada anual dos grupos aos acampamentos. E este trabalho discorre sobre a dinâmica da mobilidade social desses acampamentos, construídos ao longo das praias que emergem no rio Araguaia/GO para a prática do lazer e da pesca, sua dinâmica ambiental e sentidos simbólicos, sobretudo daqueles localizados no entorno do município de Aruanã/GO. Tem como tema a *análise da apropriação das praias no rio Araguaia/GO, com vistas à compreensão das representações que os atores (acampantes) estabelecem com o ambiente (do rio) e como essa apropriação pode fornecer subsídios para o planejamento ambiental no ordenamento do uso das praias e nas ações de educação ambiental*. Nosso objetivo maior nessa pesquisa é *analisar a configuração das representações estabelecidas entre os acampantes e o rio Araguaia, visando entender como estes atores estabelecem seus processos de apropriação ambiental do rio, e como essas relações podem fornecer instrumentos para se pensar o planejamento ambiental da prática cultural do uso das praias do Araguaia*. O trabalho é composto de duas partes essenciais. A primeira - *Aspectos do Ambiente Estrutural da Pesquisa: o rio Araguaia, Políticas Públicas do Turismo e a Apropriação do Ambiente* - apresenta os aspectos da apropriação e das representações, a relação com o ambiente na estruturação dos acampamentos e seus atores. Está estruturada em dois capítulos - *O rio Araguaia: caracterização do meio e os aspectos históricos da ocupação do vale do Araguaia à perspectiva do turismo*; e *Comportamento em representação: um diagnóstico ambiental dos acampamentos na temporada das praias no rio Araguaia*. A segunda parte trata do *Ambiente simbólico-afetivo da pesquisa: tradição, memória, toponímia*, e discorre sobre as relações simbólicas a que propomos na leitura dos acampamentos, na tentativa de compreender os sentidos e representações do rio para seus atores. Está dividida em três capítulos – *A Romaria das águas; Memórias fluidas de representações em fala: as narrativas e a relação afetiva dos acamp(am)antes do rio Araguaia*; e *Um porto à polissemia dos acampamentos do rio Araguaia: contradições, diálogos e síntese*. Este último sintetiza as discussões realizadas ao longo do trabalho, propondo ações para o planejamento e a educação ambiental que considerem as relações e representações que os atores constroem, a partir dos acampamentos, para com o rio. Considerar que os acampamentos no rio Araguaia se constituem como uma prática cultural tradicional, outros sentidos são exigidos para o ordenamento da prática na apropriação do ambiente, respeitando a polissemia a que se configuram as relações entre a sociedade e o *Berohocy*.

PALAVRAS-CHAVES

Rio Araguaia. Ambiente. Prática cultural tradicional. Toponímia. Turismo. Impactos ambientais. Patrimônio Natural e Cultural.

ABSTRACT

In a canyon in Brazilian vegetation in its interior grew Berohocy - Grande Rio, the sacred waters of indigenous peoples Iny, whose cosmology is attributed to the river. By not native people, Berohocy was named Araguaia – or Araras River, and Iny was named Karajá. For Karajá, Araguaia is a symbolic territory, which affections are built with the environment which shows the relations of the lived world. And it is also for the State of Goiás because its occupation is attributed to the territory of Goiás, the first paulistanas' flags adopted by the current territory of Goiás. It is a significant natural element for political and territorial formation to the state of Goiás, and it is also a symbol for the cultural identity for goianos. It is the main motivator of annual mobility commonly called the "*season of camps in Araguaia*", which actors look into its waters the same sacred and symbolic affect which constitutes Karajá territoriality. On the beaches that emerge from the dynamic drought in Araguaia River there is a social activity appropriation of the beaches with the spontaneous construction beach camps. These are structured to accommodate groups of people, usually members from a family or even from a social group for periods that can reach four months (among June and September), and it happens since the 1940s. The formation of large banks, ease of access by many cities, the beautiful setting of the local landscape with elements from fauna and flora, and fishing waters are the main attractions that contribute to the resumption of the groups to the annual camps. And this article is about the dynamics of the social mobility of these camps, built along the beaches that emerge from the Araguaia River / GO for the practice of leisure and fishing, its environmental dynamics and symbolic meanings, especially those located in the vicinity of the city of Aruanã / GO. *It aims the analysis of the ownership of the beaches of the river Araguaia / GO, with a view to understanding the representations that actors (campers) set with the environment (the river) and how this appropriation may provide grants for environmental planning in land use of the beaches and in environmental education. Our main goal in this research is to analyze the configuration of the representations established between the campers and the Araguaia River, in order to understand how these actors establish their environmental processes of appropriation of the river, and how these relationships can provide tools for thinking about the environmental planning of cultural practice of use of the beaches of Araguaia.* The work consists of two main parts. The first - Structural Aspects of the Environment Search: Araguaia River, Public Policies of Tourism and Environment Appropriation - presents aspects of ownership and representations, the relationship with the environment in the structure of the camps and its actors. It is structured into two chapters - *the Araguaia River, the characterization of environment and the historical aspects of the occupation of Araguaia Valley tourism perspective, and Behavior in representation: an environmental assessment of camps in the season of beaches in Araguaia River.* The second part is about the *symbolic-affective environment of the research tradition, memory, topophilia*, and discusses about the symbolic relationships we propose to read about the camps attempting to understand the meanings and representations of the river to its actors. It is divided in three chapters - *The Pilgrimage of waters; Fluid memories representations in speech: narratives and emotional relationship of camp and campers of the Araguaia River, and A port to the polysemy of the camps of Araguaia River, contradictions, dialogue and synthesis.* The latter one summarizes the discussions throughout the work, proposing actions for planning and for an environmental education which consider the relationships and representations that actors build up from the camps to the river. Considering that the camps in Araguaia River are constituted as a traditional cultural practice, other contexts are necessary for a planning practice in the appropriation of the environment, respecting the polysemy that configures the relationship between society and Berohocy.

KEYWORDS

Araguaia River. Environment. Traditional cultural practice. Topophilia. Tourism. Environmental impacts. Natural and Cultural Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caracterização geral da Bacia do rio Araguaia, redes hidrográficas e os Estados limítrofes.	20
Figura 2: Apresentação geral dos acampamentos pesquisados em 2010, tendo como referência o município de Aruanã.	22
Figura 3: Imagens representativas da aldeia Karajá Buridina Aruanã, no Centro Cultural Indígena Aruanã, e o Cacique Rawakat.	50
Figura 4: Municípios goianos às margens do rio Araguaia. Alguns deles são muito representativos como acesso às praias para os acampamentos.	53
Figura 5: Composição de imagens documentais que retratam as práticas de caça e pesca empreendidas no rio Araguaia, incentivada, sobretudo, pelo discurso ideológica da política na década de 1960.	65-6
Figura 6: Composição de imagens documentais que retratam a prática da pescaria no rio Araguaia, destacada inclusive na capa do Guia <i>Roteiro – O Turismo em Brasília e Goiás</i> , publicada pelo órgão estadual do turismo, GOIASTUR, em 1975.	70
Figura 7: Composição de imagens que apresenta as estruturas diferenciadas dos ranchos encontrados nas praias do rio Araguaia.	78
Figura 8: Composição de imagens apresentando os diversos modelos de dormitórios encontrados nas praias do Araguaia.	79
Figura 9: Composição de imagens representando as instalações sanitárias encontradas nos diversos tipos de acampamentos.	80
Figura 10: Composição de imagens representando as diversas estruturas de cozinha encontradas nos acampamentos.	81
Figura 11: Composição de imagens representando as características gerais dos acampamentos de categoria rústica	83-5
Figura 12: Composição de imagens representando os acampamentos de categoria Conforto Médio a Alto e Estrutura Rústica.	86-8
Figura 13: Composição de imagens ilustrando as diversas infraestruturas e equipamentos dos acampamentos de Superestrutura e conforto.	90-2
Figura 14: Composição de imagens que apresentam cenas diversas sobre a movimentação turística na cidade de Aruanã.	94-6
Figura 15: Composição de imagens demonstrando o hábito da pescaria.	98
Figura 16: Composição de imagens representando os banhos de sol e rio. As práticas de lazer mais comuns entre os acampantes.	99
Figura 17: A noite nos acampamentos	100
Figura 18: Gráficos sobre o perfil dos acampamentos localizados na região de Aruanã/GO.	103
Figura 19: Gráficos sobre a origem dos acampamentos localizados na região de Cocalinho/MT.	103
Figura 20: Composição de imagens apresentando as placas indicativas da reserva de praia.	106
Figura 21: Imagem mostrando um rancho de aluguel ainda vazio, aguardando a chegada de novo grupo.	107
Figura 22: Gráficos referentes às práticas ambientais dos acampamentos da região de Aruanã/GO.	109
Figura 23: Composição de imagens das lixeiras e coletores de materiais descartados em diversos acampamentos.	110
Figura 24: Composição de imagens sobre a coleta de resíduos realizada pela prefeitura de Aruanã.	111
Figura 25: Gráficos referentes às práticas ambientais dos acampamentos da região de Aruanã/GO.	113
Figura 26: Os vetores influenciadores dos lugares simbólicos em perspectiva para os acampamentos do rio Araguaia.	132

Figura 27: Diagrama representativo dos elementos relacionados às alterações da dinâmica das águas a partir dos fragmentos da fala dos acampantes	166
Figura 28: Diagrama representativo do ciclo das novas características e significados no fortalecimento da tradição dos acampamentos.	175
Figura 29: Composição de imagens demonstrativas das práticas de caça e pesca predatórias. O mito da natureza selvagem fundamentando um imaginário antropocêntrico de dominação dos seres da natureza.	180
Figura 30: A transmutação de sentidos para a relação com o rio Araguaia. A tradição fundamentada pelo imaginário de natureza virtuosa que se mantém por seu aspecto de <i>religare</i> .	181
Figura 31: Relação entre os elementos do Núcleo Central e os Setores Periféricos na representação dos acampamentos no rio Araguaia.	182
Figura 32: Cartografia das Categorias dos Acampamentos – a espacialização dos acampamentos conforme as categorias como instrumento de planejamento do ordenamento do uso das praias.	189
Figura 33: <i>Cartografia Topofilica</i> – a espacialidade dos acampamentos pesquisados a partir da relação topofilica considerada pelas gerações que vivenciam o rio Araguaia.	203
Figura 34: Localização geral da APA Meandros do Araguaia.	211

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Rios, córregos e ribeirões que compõem a rede hidrográfica da Bacia do rio Araguaia	44
Quadro 2: Principais expedições relacionados à navegação no rio Araguaia até o início do século XX.	58
Quadro 3: Inventário dos atrativos turísticos considerados pelo PRODIAT (1985), dos municípios relevantes de acesso aos acampamentos por Goiás.	72
Quadro 4: Categorias representativas das alterações do ambiente físico	162-3
Quadro 5: Categorias representativas das alterações do ambiente cultural	169-170
Quadro 6: Análise dos elementos geradores de impactos ambientais ao rio e indicadores para medidas mitigadoras.	191-6
Quadro 7: Principais pontos positivos e principais pontos negativos por categoria de acampamento e outros aspectos a serem considerados para o ordenamento da atividade e mitigação dos impactos negativos apontados.	197-200
Quadro 8: Avaliação geral dos aspectos positivos e negativos a serem ponderados para organização dos acampamentos segundo as categorias.	201-2
Quadro 9: Os acampamentos por gerações, níveis topofilicos e indicadores para o planejamento.	205
Quadro 10: <i>Déclinaison de la valeur du patrimoine : quelques exemples dans les Pyrénées catalanes.</i>	216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sub-região do Rio Araguaia e suas classificações	45
Tabela 2: Porcentagem da área estadual e a quantidade de municípios que compõe a bacia do rio Araguaia	51
Tabela 3: População total que compõe a bacia do rio Araguaia	51
Tabela 4: Alterações na dinâmica da fauna a partir da relação memória percepção dos acampantes.	164
Tabela 5: A representação da forma dos acampamentos a partir da memória dos atores	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I A NASCENTE DE UMA PESQUISA	13
A. Caracterização e Descrição do Local e Atores da pesquisa	19
II A TESE – PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	22
II REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	27
A. Navegando pelos campos teóricos da pesquisa	28
B. Descrição da Modalidade da Pesquisa e dos Instrumentos de Coleta de Dados	32
V PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
A. Etapas da pesquisa	35
 PARTE 1	
 ASPECTOS DO AMBIENTE ESTRUTURAL DA PESQUISA: O RIO ARAGUAIA, POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E A APROPRIAÇÃO DO AMBIENTE	40
 CAPÍTULO I	
O RIO ARAGUAIA: CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO ARAGUAIA À PERSPECTIVA DO TURISMO	42
 1.1. Considerações gerais sobre o capítulo	42
 1.2. Berohocy - Rio Grande. Paraupava. Rio da Esperança. Rio das Araras – O Araguaia: navegando pela caracterização	42
1.2.1 Aspectos geofísicos	42
1.2.2 Aspectos étnicos e mitológicos – O Berohocy dos Iny	46
1.2.3 Aspectos socioeconômicos gerais da Bacia do rio Araguaia	51
1.2.4 Aspectos históricos – o Araguaia no contexto da ocupação e navegação nos sertões do Brasil central	53
 1.3. O histórico da ocupação das praias como objeto do lazer goiano	59
1.3.1 O século XX e a Marcha para o Oeste	60
1.3.2 O fomento a atividade turística no rio Araguaia no imaginário expedicionário do Brasil central	62
1.3.3 O Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins (PRODIAT) como política pública do turismo para o rio Araguaia e a turistificação do município de Aruanã	71
 CAPÍTULO II	
COMPORTAMENTO EM REPRESENTAÇÃO: UM DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DOS ACAMPAMENTOS NA TEMPORADA DAS PRAIAS NO RIO ARAGUAIA	77
 2.1 Considerações gerais sobre o capítulo	77

2.2 Temporada de praias no rio Araguaia - Um diagnóstico ambiental da atividade na estrutura e prática dos acampamentos	78
2.2.1 A dinâmica dos acampamentos nas praias do rio Araguaia – uma descrição da disposição espacial	78
2.2.2 Os hábitos socioculturais nos acampamentos – entre sol, areia, cevas e entorpecimento	96
2.3 Diagnóstico ambiental dos acampamentos – o comportamento ambiental e as representações frente à própria prática	101
2.3.1 O Perfil dos Acampamentos	102
2.3.2 Práticas Ambientais	108
2.3.3 Representação sobre o rio	113
 PARTE 2	
 ASPECTOS DO AMBIENTE SIMBÓLICO-AFETIVO: TRADIÇÃO, MEMÓRIA, TOPOFILIA	 119
 CAPÍTULO III A ROMARIA DAS ÁGUAS	 120
3.1 Os acampamentos nas praias do Araguaia – a origem no campo simbólico do imaginário dos povos do Brasil central	120
3.1.1 Os acampamentos na herança dos povos originais	121
3.1.2 De desbravadores do sertão a chefes de acampamentos – a transformação das expedições fortalecendo os acampamentos	123
3.2. Da suspensão da ideia de turismo à fluidez das relações simbólicas.....	125
3.2.1 Da suspensão da ideia de turismo	127
3.2.2 O rio Araguaia como lugar simbólico	128
3.3 A Romaria das águas - os acampamentos nas praias do rio Araguaia na perspectiva da Tradição	131
3.3.1 O Araguaia topofílico	132
3.3.2 Os acampamentos no rio Araguaia na perspectiva da tradição	135
 CAPÍTULO VI MEMÓRIAS FLÚIDAS DE REPRESENTAÇÕES EM FALA: AS NARRATIVAS E A RELAÇÃO AFETIVA DOS ACAMP(AM)ANTES DO RIO ARAGUAIA	 145
4.1 Diálogos entre a Teoria da Memória Coletiva e das Representações Sociais	145
4.2 Histórias de vidas vividas com o rio	146
4.3 O rio sagrado das relações simbólicas afetivo-subjetivo	153
4.4 Ambiente em narrativas – a representação das mudanças ambientais no rio Araguaia.....	160
4.4.1 Representações sobre o ambiente físico	161
4.4.2 Representações sobre o ambiente sociocultural	167

CAPÍTULO V	
UM PORTO À POLISSEMIA DOS ACAMPAMENTOS DO RIO ARAGUAIA – CONTRADIÇÕES, DIÁLOGOS E SÍNTESE	178
5.1 Representações ambientais e o embate entre a tradição e o turismo - os acampamentos do rio Araguaia em suas polissemias	178
5.2 Os enfrentamentos do Planejamento e da Educação Ambiental na polissemia dos acampamentos no rio Araguaia	185
5.2.1 Instrumentos para reflexão-ação na mitigação dos impactos ambientais observados, considerando o Ambiente Estrutural da pesquisa	187
5.2.2 Instrumentos para reflexão-ação na revalorização dos saberes e olhares dos acampamentos considerando o Ambiente simbólico-afetivo da pesquisa	203
5.3 A perspectiva da patrimonialização para a conservação e o diálogo entre o ambiente natural e o cultural no rio Araguaia	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICES	229
ANEXOS	233

INTRODUÇÃO

I A NASCENTE DE UMA PESQUISA

O ser humano é um ser simbólico. Entre os seres biológicos, desenvolvemos diferentes formas de nos adaptar e nos relacionar com o meio. Além da capacidade de perceber o mundo e de (re)agir a ele, os seres humanos possuem também a capacidade de lhe atribuir significados simbólicos: “Esta nova aquisição transforma toda a vida humana. (...) Já não vive num universo puramente físico, mas num universo simbólico” (Cassirer, 1972, p. 49-50). Isso quer dizer que nossa relação com o espaço, com o ambiente e com os demais seres, é construída a partir de um conteúdo simbólico imagético e representativo, que transfere valores e significados aos elementos. É possível dizer, inclusive, que o espaço da ação humana – o ambiente¹ – é um mundo de existência, que agrupa as dimensões da ação e da afetividade.

O conteúdo afetivo dos sujeitos e sua base imagética estão relacionados a representações estabelecidas com o espaço e determina, por sua vez, suas atitudes e comportamentos perante o mundo. Aqueles expressos pela memória de suas experiências vividas representam, neste sentido, as relações vividas pelos afetos e experiências passadas, somadas às intencionalidades e aos valores simbólicos presentes. A memória das experiências vividas, quando expressas através da fala, são estruturas enunciativas da linguagem, no sentido proposto por Bakhtin (1986), ou seja, são representações dos conteúdos simbólicos vividos no passado frente aos afetos do presente. A memória e as demais modalidades de representação se constituem elementos demonstrativos, portanto da percepção e da relação dos sujeitos frente ao mundo-vivido.

Os estudos ambientais, em seu sentido mais amplo, quando fundamentais na propositura de novos posicionamentos frente aos desafios sócio-ecológicos impostos como consequência axiomática da modernidade, devem considerar as subjetividades dentro de uma coletividade e em suas influências frente às tomadas de decisões, as práticas comportamentais e atitudes perante a vida. É com base nessas premissas que norteamos a temática proposta para esta pesquisa.

Há cerca de sete décadas, nas praias fluviais que emergem da dinâmica da seca no rio Araguaia, acontece a atividade social caracterizada pela mobilidade de pessoas, normalmente membros de uma mesma família ou de um mesmo grupo social, que se

¹ Neste trabalho o nosso entendimento para o conceito de ambiente contempla seu aspecto *lato*, quer dizer, das interações socioculturais, políticas, econômicas e afetivas impressas sobre os elementos bióticos e abióticos, ou seja, a relação entre os aspectos subjetivo, social e físico do meio com o qual interagimos (CARVALHO, 2004; LEFF, 2001; LEFF 2010; PORTO-GONÇALVES, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2004)

estabelecem espacialmente a partir da construção de acampamentos estruturados de forma abrigar os usuários das praias por períodos que podem chegar a quatro meses (entre junho e setembro). É comumente chamado de “temporada turística do rio Araguaia”, “temporada do Araguaia” ou de turismo de praia².

Ao longo do rio Araguaia, nas suas margens e ilhas vem ocorrendo a construção de acampamentos desde, aproximadamente, a década de 1940, compreendidos, principalmente, entre os municípios de Aragarças e São Miguel do Araguaia, povoado de Luiz Alves/GO, nas imediações da Ilha do Bananal. Essa movimentação de lazer decorre do surgimento das praias no período da seca, sendo essa ocupação sociocultural mais intensa no mês de julho, em decorrência do período de férias escolares. A formação das praias extensas, a facilidade de acesso por vários municípios, as belezas cênicas da paisagem local compostas por elementos ecológicos da fauna e da flora e as águas piscosas colaboraram para que as temporadas de férias no rio Araguaia se firmassem como uma atividade sociocultural tradicional desenvolvida, especialmente, pelos goianos.

Esses acampamentos são, por sua própria natureza, geradores de problemas ambientais referentes à conservação e à integridade ecológica do rio. Instalados nas praias formadas às suas margens, ou seja, em trechos da Área de Preservação Permanente (APP)³, a infraestrutura utilizada para a fixação dos grupos que ali se estabelecem conta com instalações sanitárias, cozinhas e dormitórios, equipamentos de lazer (com televisão, aparelhagem de som, lanchas e jet-skis) ainda que sob diferentes padrões econômicos e de organização. Essa ocupação causa, inerentemente, impactos negativos, sobretudo considerando as diversas formas de poluição e a interferência no processo da desova dos quelônios (BRASIL, 2008).

As políticas públicas para o ordenamento territorial dos acampamentos e das ações de informação e de educação ambiental realizadas nas praias pelas instituições governamentais e não-governamentais levam mais em consideração as práticas comportamentais do que os aspectos subjetivos do imaginário, da memória e da

² Para os termos do recorte temático deste trabalho, evitaremos a referência à atividade como turismo e a utilização de termos derivativos deste (turistas, turístico etc). Isso porque, como discutiremos em capítulo apropriado, nossos pressupostos se baseiam em considerar que os acampamentos no rio Araguaia devem ser considerados como, além de uma atividade econômica turística, mas, sobretudo por seu componente cultural e afetivo. Utilizaremos, portanto, quando nos referimos aos acampamentos como atividade de lazer, e deixaremos o termo turismo e seus derivados quando o considerarmos em sua relação com a cidade e sua dinâmica econômica, apropriadamente melhor discutida posteriormente.

³ As Áreas de Preservação Permanente (APP), de acordo com a Constituição brasileira de 1988, “são espaços, tanto de domínio público quanto de domínio privado, que limitam constitucionalmente o direito de propriedade, levando-se em conta, sempre, a função ambiental da propriedade” (BRASIL, 1988, Art. 170, VI). O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a partir da Resolução nº 302 de 20/03/2002 estabelece que a APP tem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas” (PINTO e ALMEIDA, 2002).

representação dos sujeitos que ali estabelecem territorialmente. E são justamente estes os aspectos que levam à apropriação anual das praias, gerando a tradição dos acampamentos no Araguaia. Essas características inerentes à tradição são que, como veremos, aumentam a complexidade para uma análise dos acampamentos, em contrapartida àquela simplificada que a considera unicamente na perspectiva econômica do turismo e suas correlações.

Nossas inquietações a respeito da complexidade inerente a esta atividade surgiram, em parte, em decorrência de nossa própria memória e história de vida - dos dias vividos e das noites dormidas em acampamentos na infância, filha de um pescador do rio Araguaia. Surgiram também como resultado dos trabalhos de intervenção em Educação Ambiental que pudemos realizar nos acampamentos fixados entre os municípios acima citados, no mês de julho dos anos de 2004, como educadora ambiental técnica do projeto Couto de Magalhães da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH/GO (2004) e de 2005, como parte de um grupo voluntário de conscientização.

Nosso trabalho de intervenção, no ano de 2004, consistiu em percorrer os aproximadamente 500 km do rio correspondentes ao trecho acima mencionado, em canoas a remo, do tipo canadense, visitando cada um das centenas de acampamentos. Com um grupo composto por mais cinco educadores, realizamos o trabalho de sensibilização sobre os impactos da atividade dos acampamentos nas praias, sobre as práticas de melhor convivência com o rio⁴ e desenvolvendo atividades lúdico-educativas para as crianças. Na oportunidade aproveitamos para efetuar, além das ações intervencionistas, uma pesquisa de base quantitativa e qualitativa. Aplicamos um questionário cujo intuito era levantar os principais dados sócio-espaciais dos acampamentos, como perfil dos acampados, práticas ambientais e opinião dos acampantes⁵ a respeito do próprio acampamento e de sua percepção sobre aspectos relacionados ao rio e sua dinâmica. Fizemos também uma entrevista do tipo semi-estruturada, com os organizadores dos acampamentos, denominados pelos próprios atores sociais como os *chefes* de acampamentos. Para as entrevistas nosso objetivo foi o de compreender com mais clareza o significado da prática de se acampar anualmente nas praias do Araguaia para os demais sujeitos que a realizam.

Em 2005, o trabalho de intervenção ficou reduzido à metade do trecho acima mencionado. Nossa saída se deu, portanto, do município de Aruanã/GO, com chegada em Luis Alves/GO. Neste ano, a equipe multidisciplinar era composta por mais sete técnicos, mas não contamos com o apoio de nenhum órgão ou instituição nas atividades. Por isso,

⁴ O governo do Estado de Goiás em parceria com o IBAMA desenvolveu uma lista de ações conservacionistas a serem adotadas por todos os acampamentos conhecidos como Normas de Convivência com o rio Araguaia (Anexo A), que discutiremos mais detalhadamente.

⁵ Conforme explicamos na primeira nota, preferimos nos referir os sujeitos desta pesquisa, aos atores sociais que desenvolvem a atividade dos acampamentos com o neologismo de *acampantes*, em detrimento a turista ou visitante, tendo em vista o esclarecimento teórico e classificativo que virá no capítulo três.

ficamos limitados a atividades de sensibilização, cujo conteúdo era baseado em mensagens de boas práticas com o ambiente e as pessoas ali presentes e da dialética das relações humanas em espaços naturais. Ainda sim, tentamos dar continuidade à pesquisa iniciada no ano anterior. Para tanto, utilizamos de observação direta com utilização de diário de campo e fotografias nos registros das impressões e dos esclarecimentos de determinados questionamentos do levantamento do ano anterior.

A oportunidade de percorrer o rio Araguaia em canoa a remo, instrumento semelhante àqueles utilizados pelos seus mais antigos moradores – as *ubás* dos Karajá – ouvindo apenas os ruídos dos pássaros e das águas que corriam calmas sob o remo de cada canoa, nos proporcionou a entender e compartilhar um pouco mais sobre o afeto adquirido com aquele elemento vivo – o Araguaia. A experiência nos permitiu além do mais: retornar às minhas próprias memórias de criança, quando meu pai - pescador de coração – voltava a nossa casa das imersões ao Araguaia com o cheiro típico do rio, barba por fazer, caixas térmicas repletas de peixe e diversas histórias – e estórias – de pescador. Com isso, o afeto pelo Araguaia cresceu como crescem as águas daquele rio durante as cheias. Uma subjetividade tocada ao ponto de ver nossa concepção de mundo, e as relações com a vida em todas as suas formas revistas para uma nova ordem.

Por outro lado, cresceram também nossas inquietações, do ponto de vista intelectual e acadêmico, a respeito da conservação ecológica e do uso cultural do rio Araguaia. Isso porque pudemos esboçar alguns pressupostos a respeito das características ontológicas da atividade como resultado da pesquisa participante:

- a) a maior parte dos acampamentos existe há cerca de 10 anos, sendo conferida pelos próprios atores que a pratica como uma *atividade tradicional do povo goiano*;
- b) há uma relação afetiva com o rio Araguaia e seus elementos ecológicos, muito explícita nos depoimentos, marcados por uma história de vida repleta de significados simbólicos e emotividade com relação às águas, às praias e às experiências vividas ali;
- c) a memória coletiva a respeito das alterações ecológicas do rio são congruentes e representativas, e fornecem subsídios para repensarmos as práticas humanas relacionadas ao Araguaia especificamente, (retirar vírgula) e ao ambiente como um todo;
- d) a afetividade é explicitada nos relatos de memória, mas são recorrentes as contradições entre a fala, repleta de emotividade e significados simbólicos e o comportamento ainda muito discrepante sob o olhar conservacionista;
- e) é crescente a disputa por praias mais extensas e de paisagem mais conservada, sendo comum a reserva de praias;
- f) há, por fim, uma diferenciação entre os acampamentos ditos comerciais (cuja modernização da infraestrutura e das práticas ali desenvolvidas são nítidas e motivo de críticas por outros acampantes) e os familiares (cujo tradicionalismo está inclusive nos

materiais que compõem a infraestrutura). Ocorre, portanto, a configuração de uma apropriação existencial e estrutural do ambiente no uso das praias e nas relações estabelecidas pelos acampantes e o rio, mote esse que nos serviu na divisão das partes dessa pesquisa – a análise dos aspectos do ambiente estrutural e dos aspectos simbólico-afetivos do ambiente.

Foi, conseqüentemente, a partir das inquietações acima apresentadas que se originou o tema desta pesquisa de doutoramento e seus respectivos objetivos. Como *recorte temático*, esta pesquisa trata de uma *análise da apropriação das praias no rio Araguaia - Go, com vistas à compreensão das representações que os atores (acampantes) estabelecem com o ambiente (do rio) e como essa apropriação pode fornecer subsídios para o planejamento ambiental no ordenamento do uso das praias e nas ações de educação ambiental*.

As contradições e as complementaridades existentes entre os aspectos subjetivos que fundamentam a continuidade da atividade de lazer no Araguaia - a tradição dos acampamentos - ou seja, aquilo a que chamamos acima de territórios existenciais – o simbolismo, os afetos, a memória - e os aspectos estruturais relacionados a estes acampamentos – as estruturas dos acampamentos, o impacto causado pela presença dos sujeitos na ocupação e apropriação do ambiente, as reservas de praias, e o fortalecimento da atividade turística e necessidade das ações para o seu ordenamento - devem ser considerados alicerçados numa análise complexa das representações do uso das praias e de sua conseqüente organização, do planejamento ambiental e das ações educativas a serem ali desenvolvidas. Isso porque, como bem nos apresenta Reigota (2007), em seus estudos sobre a representação social de meio ambiente, a importância das representações dentro da coletividade está na forma como essas representações influenciam nas decisões, nas práticas e nos comportamentos que os seres humanos tomam individual ou coletivamente:

É imprescindível não separar os modos de pensamento concretamente existentes do contexto de ação coletiva, por meio do qual, em um sentido intelectual, descobrimos inicialmente o mundo. (...) Assim, as representações sociais equivalem a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que através delas compreendem e transformam a realidade (REIGOTA, 2007, p. 69-70).

Ainda segundo Reigota (2007), o estudo das representações sociais desempenha um papel fundamental na sociedade, pois elas contribuem para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais. Nesse sentido, nossas indagações para esta pesquisa permearam, basicamente, as seguintes questões:

- i. Como se configura a apropriação das praias pelos acampantes e quais relações os sujeitos estabelecem com o Araguaia?

- ii. Como os sujeitos que acampam representam essa sua prática? Quais os sentidos que dão a ela? Como percebem os conflitos inerentes entre a sua permanência no local e a conservação do ambiente?
- iii. Qual é a relação entre o afeto e os significados atribuídos ao ambiente pelo acampante e sua possível atitude conservacionista em relação ao rio?
- iv. O que é possível identificar, a partir da memória coletiva, de traços de mudança na paisagem, perda de biodiversidade, desequilíbrio ecológico ao longo dos anos de acampamento no rio?
- v. Como as políticas públicas lidam com a complexidade inerente a relação acampamentos-Araguaia? Como o planejamento ambiental para o ordenamento territorial e intervenções de educação ambiental, no estabelecimento de suas ações, deve considerar os aspectos subjetivos que motivam os sujeitos a manterem a tradição dos acampamentos no rio?

A dimensão das experiências do mundo vivido construídas pelos sujeitos perpassa por uma cadeia de elementos simbólicos, por uma atividade simbólica rica e representada nas ações cotidianas do espaço-mundo. Ao nível material da existência humana no mundo, integra-se o nível simbólico, cujas representações se compõem por meio da linguagem, da religião, da arte, dos afetos e no caso de uma análise geográfica – na constituição e sentidos da apropriação e da transformação do ambiente. A Geografia deve levar em consideração, portanto, as relações e representações humanas com o ambiente, uma relação que é existencial, afetiva e simbólica, e que é ao mesmo tempo teórica, prática, material, normativa. Aliás, concordamos com Kozel (2007) que considera os seres humanos capazes de representar, atribuir significado e organizar o espaço de acordo com os símbolos construídos a partir de sua função perceptiva. A apreensão do espaço se dá, portanto, pelas diferentes perspectivas presentes na visão de mundo de cada sujeito, e a representação, por sua vez permite que os sujeitos se reencontrem com o mundo vivido por meio de sua própria história de vida (KOZEL, 2007, p. 120-1).

Nesse sentido, o objetivo maior da pesquisa é, portanto, *analisar a configuração das representações estabelecidas entre os acampantes e o rio Araguaia, visando entender como estes atores estabelecem seus processos de apropriação do rio, e como essas relações podem fornecer instrumentos para se pensar o planejamento ambiental da prática cultural do uso das praias do Araguaia.*

Como objetivos específicos e complementares propomos:

- I. Apresentar uma reconstrução histórica do processo de ocupação das praias do rio Araguaia, considerando a memória afetiva e a história de vida que os atores estabelecem ao acampar em suas margens;

- II. Discutir as características conceituais, culturais e práticas da ocupação social para fins de lazer das praias do rio Araguaia;
- III. Analisar as contradições e os diálogos entre os aspectos simbólico-afetivos e estruturais relativos a apropriação do rio Araguaia para fins de lazer;
- IV. Discutir as interfaces e as divergências entre a tradição e o turismo no contexto da apropriação humana das praias do rio Araguaia;
- V. Refletir sobre as perspectivas para o planejamento das ações de ordenamento e de educação ambiental para o Araguaia, considerando a complexidade da relação entre os aspectos simbólico-afetivos e estruturais na apropriação das praias do Araguaia.

Nesse sentido, os valores e a relação simbólica para com o rio Araguaia por aqueles que anualmente recorrem a essa prática cultural devem ser ponderados para o planejamento do uso das praias, superando o reducionismo que a considera unicamente sob a perspectiva economicista no turismo.

A. Caracterização e Descrição do Local e Atores da pesquisa

Principal afluente do Tocantins, o rio Araguaia nasce na serra do Caiapó, na divisa entre Goiás e Mato Grosso, numa altitude aproximada de 850m. Corre quase paralelamente ao Tocantins, a partir das imediações da Ilha do Bananal, e nele desemboca, após percorrer cerca de 2.100 km. Pertence à macro bacia amazônica e, ao longo de mais de 2000 km de curso, marca a divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins e, ainda, Pará e Tocantins, desaguardando no Rio Tocantins, na divisa de Tocantins, Pará e Maranhão (Figura 1).

Os 450 km compreendidos pela região conhecida como Alto Araguaia apresentam um desnível de 570m. A região do médio Araguaia sofre um desnível de 185m nos seus 1.500km de extensão. A região do baixo Araguaia, nos seus últimos 160 km, até a foz, tem um desnível de 11m. A ilha do Bananal é uma formação geomorfológica importante no rio. Está situada, aproximadamente entre os quilômetros 760 e 1156 e compreendida entre os dois braços do Araguaia, possuindo uma área de cerca de 20.000 km², e é considerada a maior ilha fluvial do mundo, sendo resguardada como Unidade de Conservação (UC) da Natureza (BRASIL, 2000) Parque Nacional do Araguaia.

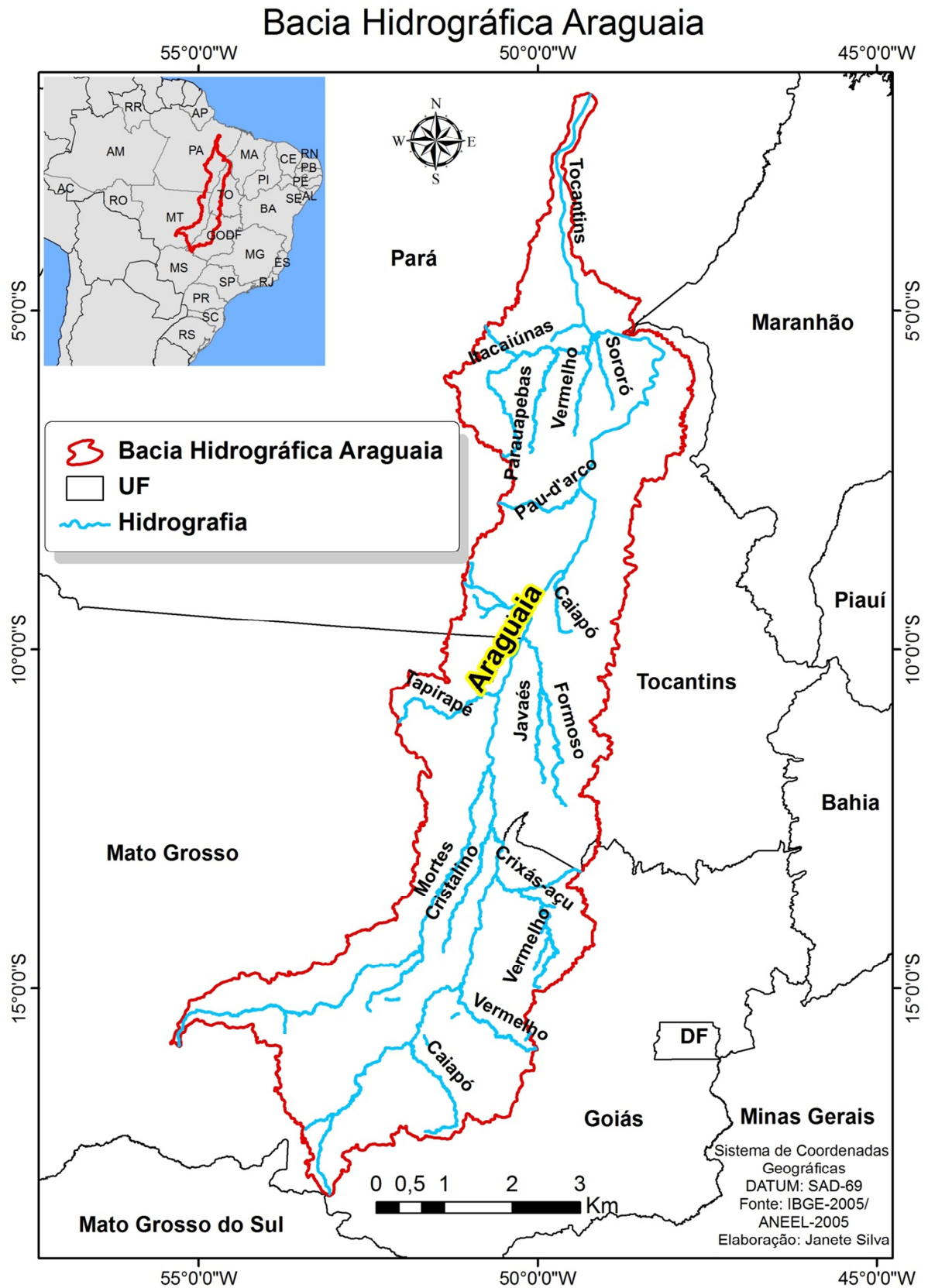


Figura 1: Caracterização geral da Bacia do rio Araguaia, redes hidrográficas e os Estados limítrofes. Elaboração: Janete Silva, 2011.

As temporadas de férias no rio Araguaia se firmaram como uma atividade social substancial desenvolvida, especialmente, pelos goianos, incentivando e fortalecendo o processo de turistificação dos municípios que dão acesso às praias do rio.

O grande fluxo dos acampamentos se encontra entre o município goiano de Aragarças e o distrito de Luis Alves (município de São Miguel do Araguaia), muito embora haja também sua ocorrência em outros trechos do rio Araguaia, mais ao norte. O trecho acima relacionado corresponde a aproximadamente 500 km de distância por via fluvial. De acordo com a SEMARH/GO (GOIÁS, 2010), na temporada de 2005 houve cerca de 470 acampamentos neste trecho (registrados no órgão), abrangendo um total de 19.000 pessoas acampadas naquela temporada.

Nossa pesquisa, no entanto, como veremos a seguir, se restringiu aos acampamentos e seus os atores acampados primordialmente nas praias do entorno dos municípios de Aruanã/GO e Britânia/GO (Figura 2). Desse modo, elegemos por trabalhar com o trecho significativo do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Nas praias do entorno de Aruanã e Britânia existem uma quantidade expressiva de acampamentos e fluxos de pessoas, bem como acampamentos cujo tempo de existência é anterior a três décadas, conforme constatamos na pesquisa de 2004. Em julho de 2010, realizamos a pesquisa de campo nos acampamentos localizados no entorno de Aruanã (Figura 2).

Essa delimitação de local e sujeito se faz importante, pois seguindo nosso objetivo, analisaremos a prática de lazer realizada por meio dos acampamentos, seus impactos ambientais e seus atores. Isto é, nosso foco da pesquisa para o levantamento de dados e análise se deu nas atividades desenvolvidas nas praias da região acima determinada, não contemplando a análise da atividade turística da atividade no município (centro urbanizado de Aruanã e Britânia) que permeiam a Bacia do rio Araguaia, apesar de entendermos que o processo de turistificação tenha, na atualidade, começado a se estender também para os acampamentos, como veremos.

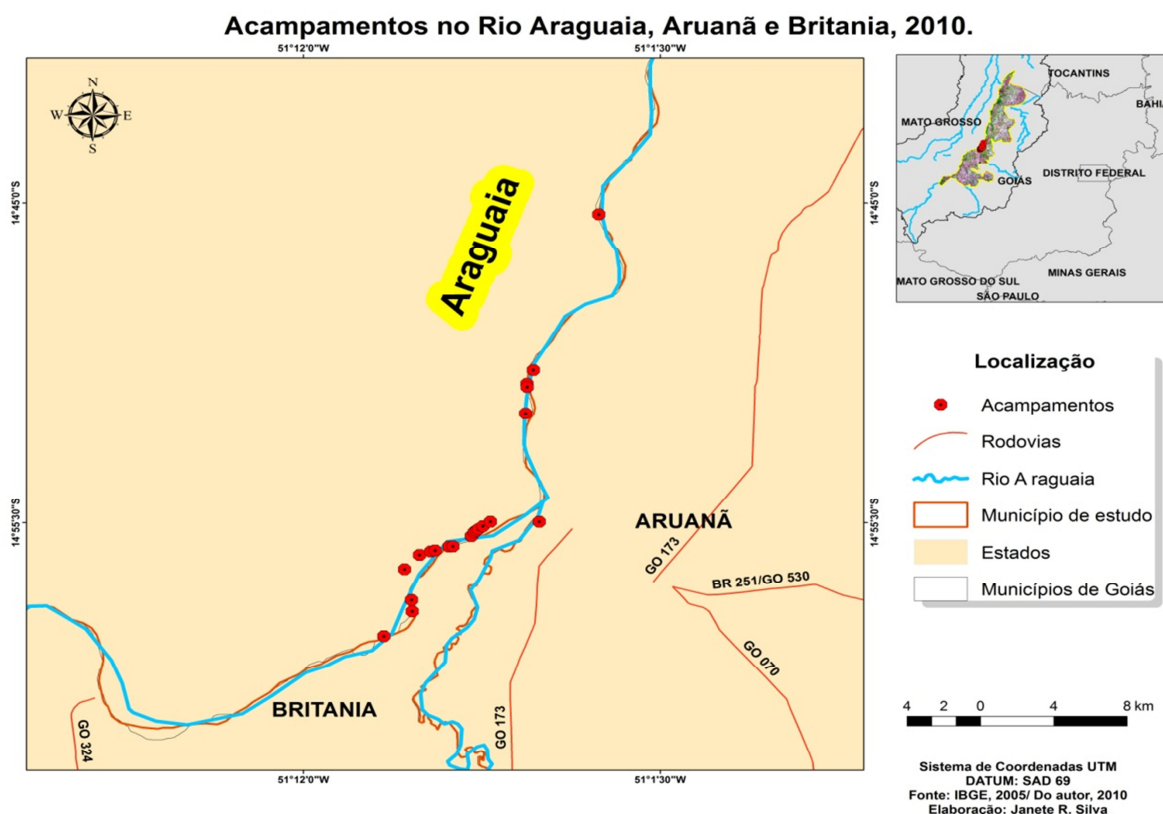


Figura 2: Apresentação geral dos acampamentos pesquisados em 2010, tendo como referência o município de Aruanã. Organização dos dados e georeferenciamento: Ramos, 2010. Elaboração: Janete Silva, 2011.

O foco nesta pesquisa são os acampamentos, ou o que é comumente chamado de turismo de praias fluviais, não avaliando o turismo de pesca que ocorre durante os demais períodos do ano no rio Araguaia. Este recorte espacial foi determinado por ser este trecho relevante do ponto de vista das investidas do poder público do Estado de Goiás para a turistificação do rio Araguaia, como discutiremos em capítulo apropriado, sobretudo e especialmente no município de Aruanã, apesar da existência de diversos acampamentos nas praias em toda a extensão do rio Araguaia.

Além disso, por motivos de adiantamento do cronograma para cumprimento das atividades referentes ao doutoramento, pela dificuldade operacional e de recursos materiais e financeiros para percorrer essa distância de rio, bem como por fatores pessoais que nos dificultaram a realização do trabalho de campo neste longo trecho (500 km), optamos por propor um recorte espacial mais específico.

II A TESE – PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Conforme um tema surge como inquietações e questionamentos, a etapa a que se segue para que a mesma seja posicionada dentro dos parâmetros das pesquisas acadêmicas, e ainda mais seriamente, para a propositura de uma tese, é o porquê de se

estudar tal e qual temática. A justificativa deve partir claramente, dentro dos padrões acadêmicos, de sua importância social, científica e técnica, indo além das justificativas pessoais.

Muito embora uma tese seja encarada como algo novo, como uma ideia original e inédita, preferimos pensar que sua importância está no convite a novas possibilidades de discussões e ações, no diálogo em que nos colocamos com o 'objeto' pesquisado e o que este 'objeto' se propõe a nos dizer. O que nosso objeto quer de nós, pesquisadores? Que necessidades esse objeto propõe ao mundo, apresentadas a partir desse nosso diálogo? Nesse sentido, as perguntas renitentes que se originaram neste nosso diálogo com o Araguaia foram: por que estudar essa prática cultural dos acampamentos do Araguaia? Por que o estudo da relação entre os acampantes e o rio é importante do ponto de vista socioambiental e científico?

A complexidade da relação entre a sociedade e o ambiente é a gênese de toda intrincada e problemática realidade ambiental a que temos nos deparado na atualidade. Desde o primórdio da formação das sociedades, a relação entre a existência individual e grupal sempre esteve relacionada à representação e ao comportamento que essas sociedades estabelecem como ambiente em que vivem (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 2004). A interação humana com o mundo e sua consequente transformação têm (re)configurado sua representação desse espaço vivido, seu comportamento diante dele e, diante da própria natureza. O processo de transformação do mundo vivido é propriamente, a própria transformação do indivíduo, dado a sua relação ontológica para com ele.

Se tomarmos essa relação sob a perspectiva da racionalidade científica, na medida em que a humanidade transforma a natureza, ela passa também a transformar a si mesma, criando e configurando o ambiente, com novas relações e significados. Ali o imaginário de natureza, por isso ambiente, é dado sempre como algo separado, objetivo, externo aos indivíduos. Essa separação fortalece o caráter fragmentado e dicotômico com que representamos a natureza e o ambiente: por um lado, aquele que nos é imediatamente dado, natural, e por outro aquele que é transformado e artificializado. De outro modo, se considerarmos as perspectivas simbólicas que compõe as narrativas mitológicas ou da religião (CASSIRER, 1972), tal fragmentação não se dá, já que as estruturas simbólicas permitem a constituição de uma outra relação existencial.

No entanto, no imaginário coletivo da sociedade moderna, urbanizada e ocidental, cuja racionalidade é imperativa, há a existência de um espaço de natureza, um espaço natural, em contraposição ao espaço transformado das ações humanas, o espaço territorializado. O ambiente transformado representado, sobretudo, pelas cidades são os centros de indutores existenciais (LADRIÈRE, 1979, p.166) da vida humana da sociedade moderna, o habitat, o lugar de segurança, trabalho e conforto. O espaço urbano é o espaço

da vida humana. A natureza é o lugar do exótico, do desconhecido, do incomum. A natureza é, para esse imaginário coletivo urbano, o espaço do selvagem (MORAES, 2000; DIEGUES, 2000).

Nesse sentido, os indivíduos cujos “indutores existenciais” se dão no espaço transformado das ações humanas, instigados por diversos motivos, seja pela genuína saturação da vida cotidiana, seja pela motivação midiática engendrada pelo modo de produção capitalista, vai à busca dos espaços de natureza. Quando motivados por diversos contextos, o indivíduo vai buscar nesses espaços de natureza, a alternativa ao lugar comum. Em analogia, citamos Tuan, (1980, p.118), para quem “quando a sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, as pessoas começam a observar e apreciar a relativa simplicidade da natureza”.

O tempo de ócio e as práticas de lazer são atividades essenciais da vida humana, nesse contexto. O lazer se constitui como uma das facetas fundamentais que compõem o mundo vivido. Com uma concepção que foge da leitura funcionalista do tempo livre, Mascarenhas (2003, p. 90) concebe o lazer como a “força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas formas, valores e condutas para o convívio entre os homens”. Assim, os espaços constituídos de elementos naturais são utilizados com frequência como ambientes para a prática das atividades de lazer, como o turismo, por exemplo, que por sua vez, consome, transforma e reinventa o ambiente. O turismo é um tipo de atividade de lazer fortalecido e fortalecedor da dicotomia entre a sociedade e a natureza, pois como num processo cíclico, ao apropriar-se da natureza, a ela transfere novos significados. Com raras exceções, não há espaços dos quais as atividades de lazer não possam se apropriar.

A reconstituição dos valores subjetivos afetivos, a partir das representações de habitantes e dos usuários das áreas naturais possibilitam reconstituir o conhecimento do universo de significados atribuídos ao ambiente. Para Tuan (1980), a compreensão da preferência ambiental de uma pessoa, seja por seu lugar de morada ou de contemplação, só é possível a partir de um exame de sua herança e significados culturais. Esses significados podem, por sua vez, reorientar o planejamento e as ações de ordenamento da apropriação do lugar. É nesse sentido que pretendemos justificar esta pesquisa. A compreensão das representações que os usuários conferem ao rio Araguaia pode nos fornecer elementos de entendimentos de como se dá a apropriação do rio para estes atores e dos conflitos entre essa apropriação e a conservação ambiental daquele ambiente.

Para entendermos as representações nesse contexto é preciso, inicialmente, discorrer a respeito da percepção, como instância primeira da representação, e sua função na construção de valores, significados e afetos. A percepção é uma função psicológica que capacita o indivíduo a converter os estímulos sensoriais em experiência, organizada e

coerente. No entanto, para Bachelard (1993, p.59) “é preciso ponderar a conceituação puramente objetiva da percepção”. Para o autor, deve-se considerar o resgate reflexivo das ideias dando, portanto, a devida importância ao papel da memória na percepção. Esta se referiria à percepção no que diz respeito às relações dos indivíduos com o meio, na construção de um “espaço de nossa felicidade”, expressão que cunhou e constitui a base do termo *topofilia*. Este termo foi bastante elaborado por Tuan (1980) em obra homônima que, como aponta Marin (2003, p.617), utilizou-o no sentido de uma “atração do ser humano pelos aspectos físicos, especialmente paisagísticos, de um determinado ambiente”. Assim como em Bachelard, o conceito de percepção na abordagem de Bergson (1999) permeia a ideia de apreensão do mundo a partir do instinto, baseada na memória representativa do conjunto de leituras das coisas. A percepção seria, portanto, construída pelo presente em consonância com o apreendido pelo passado, constituído na memória.

Em ambas as concepções, a memória desempenha papel importante para a configuração dos elementos percebidos. Como aspecto subjetivo, é a memória que está permeada de sentimentos que corroboram para a transferência de significados individuais ao ambiente vivido.

No mesmo sentido se encontra a noção de imaginário que gostaríamos de adotar para essa pesquisa. Aqui, o imaginário é colocado não no sentido da invenção de novas formas de imagem, como aparece na obra de Durand (1997), mas no sentido de que o imaginário aparece justamente como um lugar de afetividade (MAFFESOLI, 2001), ou o espaço do invisível em que precisamente encontramos as essências da relação com o mundo vivido (LADRIÈRE, 1979). A representação une e nos apresenta, portanto, a percepção que o indivíduo ou o grupo constrói e como atua sobre o mundo-vivido, a partir de uma configuração imagética e afetiva, cuja memória a conforma em um enunciado e a apresenta ao mundo.

No rio Araguaia, como um rio interestadual, as atividades realizadas por acampamentos nas praias são regulamentadas e fiscalizadas pelo Governo Federal, por intermédio do Instituto Chico Mendes e o Centro nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (ICMBIO/RAN), junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MMA), Ministério da Marinha e com a participação e colaboração do Governo do Estado de Goiás, pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH/GO), que anualmente desenvolve o cadastramento e a fiscalização dos acampamentos, campanhas para conscientização dos usuários e distribui as “*Normas de Convivência com o rio Araguaia*” (Anexo A). Esses acampamentos são construídos anualmente por famílias que de gerações, fortaleceram a tradição de permanecer dias acampados nas praias que surgem no rio.

A tradição da cultura goiana, estabelecida a partir de uma relação de afetividade e de construção de significados com o rio, cuja evolução e fortalecimento permitiram a turistificação⁶ dos municípios às margens do rio Araguaia, deve ser considerada como instrumento de planejamento das atividades que são desenvolvidas pelos acampantes. Para fundamentar este pensamento, apresentamos as ideias de Nardy (2007), para quem é impossível utilizar critérios “objetivos” de valoração dos bens ambientais estabelecidos no desenvolvimento das políticas ambientais. Concordamos com o autor para que essa impossibilidade na definição de padrões práticos se dá pelo fato de que os significados ambientais são construídos por intermédio das práticas sociais coletivas e seus respectivos e iminentes aspectos subjetivos. Para ele,

A tarefa de se elaborar e implementar políticas de proteção do meio ambiente pode ser considerada, assim, muito delicada, pois, quando a visão de mundo de um certo grupo social é suprimida, ou não é levada em consideração no processo de tomada de decisão, uma espécie de dano ambiental invisível ocorrerá (NARDY, 2007, p. 224).

Ainda conforme o autor, a adoção das políticas ambientais está baseada unicamente em laudos e pareceres técnicos, capaz de oferecer bases objetivas na formulação de medidas adequadas a serem implementadas. Mas é preciso, no entanto, que os laudos que subsidiam as decisões a serem adotadas na prática como ação efetiva de cuidado ou integração da relação acampante/rio, tentem dialogar com as outras formas de conhecimento com que, no cotidiano, os diversos grupos sociais orientam suas ações e conferem sentido à sua existência. Assim, “somente se essas premissas fundamentais forem atendidas o conjunto de medidas porventura estabelecido será capaz de resgatar os diversos significados possíveis dos bens ambientais que por seu intermédio se pretende tutelar” (NARDY, 2007, p. 225).

Portanto, o planejamento voltado para a apropriação e, a consequente, transformação do espaço deve considerar a relação que os indivíduos daquele lugar estabelecem. A valorização dos significados subjetivos que cada ambiente representa para sua comunidade é fundamental para que as mudanças decorrentes de sua apropriação respeitem os seres que nele vivem e que com eles se relacionam. Quanto mais o ambiente reflete a identidade de seus habitantes, maior valoração lhe será atribuída, resultando em comportamentos de apropriação potencialmente conservacionistas, conforme bem aponta Marin (2003).

Os estudos das representações se tornam cada vez mais atuais e necessários. A partir de uma configuração das representações que os indivíduos constroem com o meio com o qual se relacionam é possível levantar aspectos importantes relativos à consciência

⁶ O conceito turistificação foi definido por Knafo (1996) e pode ser resumido como a apropriação e exploração para fins turísticos de um lugar, tornado turístico pela revelação/divulgação de atributos/atrativos interessantes.

objetiva em relação à realidade do lugar, à memória, ao imaginário e, sobretudo, à afetividade do ser para com o meio do qual é inerente. É com esse entendimento que apresentamos o pressuposto central da tese: *tomar a prática dos acampamentos nas praias do rio Araguaia apenas sob a perspectiva da atividade turística é insuficiente para contemplá-la em sua complexidade, sendo imprescindível considerá-la a partir dos elementos simbólicos e das representações dos atores que com o rio se relacionam.*

III REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta é uma Pesquisa Qualitativa fundamentada nos pressupostos dos estudos das Representações Sociais (RS). As Pesquisas Qualitativas são caracterizadas por se proporem a uma análise e interpretação dos aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento e das relações humanas (MARCONI; LAKATOS, 2004). Ela permite conhecer, por fornecer instrumentos para tal, e analisar mais detalhadamente os hábitos, atitudes e tendências de comportamento, etc. As amostras utilizadas para as pesquisas Qualitativas, ainda segundo as autoras supracitadas, podem ser mais reduzidas do que as pesquisas Quantitativas, pois a importância está no conteúdo dos dados levantados e não necessariamente na quantidade da amostra. No mesmo sentido, portanto, é possível, e às vezes necessário, que as pesquisas Qualitativas se utilizem de dados coletados a partir de instrumentos quantitativos, como o questionário, por exemplo. O que as diferenciam da coleta de dados das pesquisas Quantitativas é, além da amostragem e dos procedimentos de verificação dos dados, a interpretação dos dados numéricos e os significados dos mesmos para a realidade pesquisada.

Os métodos empregados para a Pesquisa Qualitativa, cuja aplicação aqui daremos, empregam dois momentos distintos: a pesquisa, ou coleta de dados e a análise e interpretação. Para Chizzotti (2006), nas pesquisas Qualitativas o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais. Para tanto, é necessário encontrar, no levantamento de dados e em sua interpretação, fundamentos que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele.

Em se tratando dos estudos geográficos, as Pesquisas Qualitativas tratam de analisar as relações e comportamentos humanos e suas implicações no espaço. Nesse sentido, os pressupostos da pesquisa qualitativa muito se aproximam dos nossos objetivos para esta pesquisa, no sentido de desvelar o significado do rio Araguaia, dos acampamentos em suas praias para os atores que com ele se relacionem.

A. Navegando pelos campos teóricos da pesquisa - A Representação Social

As pesquisas sobre a Representação Social (RS) abrangem campo vasto nas ciências humanas e sociais. No pensamento geográfico, sobretudo a partir do fortalecimento da Geografia cultural e da Geografia humanística em seus estudos da interação e da compreensão da sociedade e do ambiente, que este campo teórico tornou-se importante instrumento metodológico e epistemológico, permitindo dar vistas e compreender quais as representações de uma dada categoria geográfica a ser analisada.

Em relação ao ambiente, categoria de nosso interesse, entender as RS, conforme nos coloca Moscovici (1978), como um guia para a ação, nos permite vislumbrar, analisar, compreender e, caso em que seja de interesse e necessidade, intervir sobre o modo como um determinado grupo social percebe, apreender e age sobre/para/com o dado ambiente no qual se insere e interage.

Nesse sentido, necessitamos aqui apresentar o conceito de RS que adotamos para nossa pesquisa, bem como discorrer brevemente a respeito da teoria que nos auxiliou na realização desta pesquisa desde sua concepção à coleta e análise dos dados, até a formulação deste texto final. Entendemos que a RS nos serviu nesta pesquisa como “um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu entorno físico e social, que determinará seus comportamentos e práticas” (ABRIC, 2004, p. 13)⁷.

A teoria das RS foi amplamente desenvolvida por Serge Moscovici, especialmente a partir da obra traduzida do francês por “A Representação Social da Psicanálise”, muito embora ele tenha resgatado e retrabalhado o conceito de “representação coletiva” de Durkheim. Nesta obra Moscovici (1978) redefine os termos de sua teoria, diferenciando-a daquela apresentada por Durkheim, como bem nos diz:

Foi Durkheim o primeiro a propor a expressão “representação coletiva”. Quis assim designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Assim como, em seu entender, a representação individual é um fenômeno puramente psíquico, irredutível à atividade cerebral que o permite, também a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem uma sociedade. Com efeito, ela é um dos sinais do primado do social sobre o individual, da superação deste por aquele (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

No entanto, o autor procura em sua obra diferenciar o conceito desenvolvido por Durkheim do de RS, para quem

Em Durkheim, as representações sociais constituíam uma classe muito genérica dos fenômenos psíquicos e sociais, abrangendo o que designamos por ciência, ideologia, mito, etc. Elas destrinçavam o aspecto social e,

⁷ un sistema de interpretación de la realidad que rige las relaciones de los individuos con su entorno físico y social, já que determinará sus comportamientos o sus prácticas”.

paralelamente, a vertente perceptiva da vertente intelectual do funcionamento coletivo... (MOSCOVICI, 1978, p. 42)

Moscovici emprega o conceito de RS em uma perspectiva mais aprofundada. Para ele, as RS são um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam-se inteligíveis a si mesmos e ao grupo, a realidade física e social. As RS inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação, transferindo, deste modo, identidade aos indivíduos e ao grupo ao qual pertencem. As RS possuem uma função constitutiva da realidade, de única realidade que conhecemos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta. Assim, uma representação social é, alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado (MOSCOVICI, 1978).

Em sua teoria, Moscovici (1978) fundamenta também que as RS correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica. Além disso, para o autor, toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma RS é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são individuais e nos tornam comuns. Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual e coletiva de um objeto, de um feixe de ideias que lhes são exteriores.

Um ponto fundamental que distingue a teoria das RS proposta a partir de Moscovici é o abandono da distinção clássica entre sujeito e objeto (ABRIC, 2004; MOSCOVICI, 1978). Originalmente, a teoria pretende que não haja distinção alguma entre os universos exteriores e interiores do indivíduo e do grupo, o sujeito e o objeto não são fundamentalmente distintos:

Quando falamos da representação social, partimos geralmente de outras premissas. Em primeiro lugar, consideramos que não existe um corte dado entre o universo exterior e o universo do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são absolutamente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito em um contexto ativo, dinâmico, pois que é parcialmente concebido pela pessoa ou a coletividade como prolongamento de seu comportamento e só existe para eles enquanto função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo ... Mas o sujeito constitui-se ao mesmo tempo. Pois, segundo a sua organização que ele se dê ou aceite do real, o sujeito situa-se no universo social e material. Há uma comunidade de gênese e de cumplicidade entre a sua própria definição e a definição do que não é ele – logo, do que é não-sujeito ou outro sujeito. Assim, quando exprime sua opinião sobre um objeto, somo levados a supor que ele já se representou algo desse objeto, que o estímulo e a resposta se formam em conjunto. (MOSCOVICI, 1978, p. 48).

Neste aspecto, esse ‘objeto’ que tomamos como estudo está inscrito em um contexto ativo, concebido parcialmente pelo indivíduo e pelo grupo, como uma espécie de

prolongamento de seu comportamento, de suas ações, de suas atitudes e das normas simbólicas e sociais a que se referem, conforme nos lembra Abric (2004).

A teoria da RS é atualmente de fundamental importância, sobretudo se pensarmos em uma representação geográfica, isto é, uma RS dos aspectos ligados à constituição do espaço geográfico e de sua dinâmica nos grupos sociais. Em nossa análise do ambiente tomada como as interações entre as características e dinâmicas do ambiente físico e a visão e interação com o mundo dos grupos sociais em um dado meio, a RS é também representação do ambiente, uma representação geográfica, considerando Moscovici, para quem:

...as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (MOSCOVICI, 1978, p. 50).

Ou também como nos diz Abric,

La identificación de la 'vision de mundo' que los individuos o grupos llevan em si y utilizan para actuar o tomar posicion en reconocia como indispensable para entender la dinámica de las interacciones sociales y aclarar los determinantes de las practicas sociales y en ambiente (ABRIC, 2004, p.11).

A teoria da RS percorrida por Flament (2004) nos auxilia a compreender o corpo metodológico das representações enquanto instrumento de pesquisa. O autor apresenta a ideia da RS enquanto a) um sistema sociocognitivo; b) um sistema contextualizado; c) desempenhando quatro funções fundamentais nas práticas e na dinâmica das relações sociais, d) possuindo valor heurístico.

Dizer que as RS representam um sistema sociocognitivo significa dizer que as RS não são ao mesmo tempo nem apenas cognitivas, nem apenas sociais (MOSCOVICI, 1978, p. 73). A análise e a compreensão das RS e de seu funcionamento necessitam sempre de um duplo enfoque – o que os autores qualificam como sociocognitivo (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 2004; FLAMENT, 2004), que integrariam estes dois componentes das representações. Esta característica específica das RS imprime dificuldades de análises, pois a submete a uma lógica por vezes contraditória e complexa, por ser cognitiva (e individual) e social. Mas, conforme nos lembra Flament (2004, p. 14), estas contradições não são excludentes, pois “uma representação é, seguramente, um conjunto organizado e coerente. São regras específicas de funcionamento, pelas descobertas de que estão na intersecção dos processos cognitivos e da lógica social”⁸. Estas contradições inerentes à análise das RS

⁸“una representación seguramente es un conjunto organizado e coherente. Son las reglas de funcionamiento específico por descubrir que están en la intersección de los procesos cognitivos e de la lógica social”

serão nítidas em nossa análise dos acampamentos no rio Araguaia, como veremos nos capítulos que se seguem.

A RS como um sistema de ideias contextualizadas parte da compreensão de que um dos componentes fundamentais da representação é a sua significação (FLAMENT, 2004; ABRIC, 2004). Estes significados são, por sua vez, de acordo com os autores, determinados a partir de um dado contexto. Por um contexto discursivo identificamos como sendo a natureza de um contexto que condicionou a produção do discurso a partir do qual será formulada ou manifesta uma representação. Por contexto social consideramos o contexto ideológico e o lugar em que o indivíduo ou o grupo ocupa no sistema social.

Também as RS desempenham um papel fundamental nas práticas e na dinâmica das relações sociais, pois, conforme nos afirma ainda Flament (2004), respondem a quatro funções essenciais. A função do saber, o que Moscovici (1978) muito bem esclareceu no sentido do saber do senso comum, permite aos atores sociais adquirir conhecimentos e integrá-los em um arcabouço assimilável e reconhecível para eles, em coerência com seu funcionamento cognitivo e com os valores sociais a que se estruturam.

A função identitária das RS permite situar os indivíduos e/aos grupos em um campo social, de ações, comportamentos e atitudes culturais. Essa função nos será também nítida quando da leitura dos acampantes do rio Araguaia, conforme veremos nos capítulos que se seguem. Esta função identitária das RS dá um lugar primordial aos atores nos processos de comparação social, além de desempenhar um papel importante no controle social exercida pela coletividade sobre seus membros (FLAMENT, 2004).

A função de orientação das RS permite a organização dos comportamentos e das práticas sociais. Elas organizam-se sistematicamente, intervindo diretamente na definição das finalidades de cada situação vivida e experienciada, determinando assim, a priori, que tipo de relação será pertinente para os sujeitos em seu respectivo grupo (FLAMENT, 2004). A função de orientação das representações produz um sistema de antecipações e expectativa. É, portanto, uma ação sobre a realidade, seleção e filtro das informações, interpretações como o objetivo de constituir essa realidade conforme a representação (ABRIC, 2004). Nesse sentido, refletindo a natureza de dadas regras e laços sociais, a representação é prescritiva de comportamento e práticas. Pode inclusive definir o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um contexto social dado. Essas características poderemos ver também com grande nitidez a respeito das práticas ambientais justificadas por um discurso tradicional e cultural dos acampantes no rio Araguaia.

Do mesmo modo, por fim, a função justificadora das RS complementa o sentido prescritivo das mesmas, no sentido em que justificam *a posteriori* as posturas e os comportamentos. O sistema das RS intervém nas ações e, por conseguinte, permite aos atores explicarem e justificarem suas condutas em uma situação (ABRIC, 2004; FLAMENT

2004). Do mesmo modo, encontraremos na fala dos acampantes por diversas vezes a função justificadora estruturando o comportamento que, do ponto de vista conservacionista, põem em risco a integridade ecológica do rio Araguaia, mas que se torna justificada pela dinâmica cultural dos atores, em sua representação da própria prática.

Finalmente, a teoria das RS carrega em si um valor heurístico, pois se torna informativa e explicativa da natureza dos laços sociais, intra e intergrupos e das relações dos indivíduos com o seu entorno social e ambiental. Por isso é essencial na compreensão dos elementos determinantes dos comportamentos e das práticas sociais, como nos reforça Flament

Por sus funciones de elaboración de um sentido común, de construcción de la identidad social, por las expectativas u las anticipaciones que genera, a representacion está em el origen de las prácticas sociales. Por sus funciones justificadoras, adaptadoras y de diferenciación social, depende de las circunstancias exteriores y de las prácticas mismas. Es modulada o inducida por las prácticas. (FLAMENT, 2004, p. 18)

E estas são as especificidades do conceito de RS que gostaríamos de apresentar aqui, pois serviram como norteadoras para as diversas formas de representação manifestas pelos atores nos acampamentos do rio Araguaia as quais utilizamos como instrumentos metodológicos de leitura destas representações: a tradição, o comportamento e a memória manifesta pela fala. A ideia da tradição, enquanto um sistema de valores que norteiam e justificam o comportamento dos indivíduos e do grupo, e sua manifestação por meio das festividades fundamentaram a leitura do simbólico que trouxemos para a origem dos acampamentos no rio Araguaia. O comportamento como representação nos serviu de arcabouço para a análise dos questionários aplicados, cujo objetivo foi compreender as práticas ambientais entre acampantes e rio, sobretudo de que forma estas aparecem expressas e manifestas para os próprios atores – o próprio comportamento ambiental enquanto representação. A linguagem posta em ação pela fala é também o sentido de representação em que os atores puderam elaborar e representar sua história de vida e relação com o rio Araguaia a partir das narrativas. Ao longo dos capítulos, a teoria das RS irá aparecer e estruturar a discussão e a análise dos dados levantados e dos aspectos discutidos, como base na discussão, sobretudo, a respeito da discussão sobre as práticas ambientais, sobre a memória e o afeto entre os acampantes e o rio Araguaia, como veremos.

B. Descrição das Modalidades da Pesquisa e dos Instrumentos de Coleta de Dados

As modalidades de pesquisa, conforme Dalberio e Dalberio (2009) se constituem como os delineamentos, os modelos conceituais e operativos para uma dada pesquisa.

Ainda de acordo com os autores, a esse delineamento (as modalidades da pesquisa) correspondem a determinados procedimentos e instrumentos para a obtenção de dados na realização da pesquisa (instrumentos de coleta de dados).

Em se tratando de uma Pesquisa do tipo Qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos e interpretativos da teoria das Representações Sociais (RS), as modalidades de pesquisa utilizadas para nosso estudo foram coerentes às necessidades e características das pesquisas Qualitativas, sobretudo ao atendimento do nosso objetivo proposto, quais sejam: Levantamento e análise documental; Relato oral – depoimento pessoas e Observação direta e sistemática. Os instrumentos de coleta de dados adotados, que foram: Pesquisa Bibliográfica e Documental; Entrevistas e Questionários e Diário de Campo, Fotografia e Filmagens - seguiram, logicamente, as características dada as modalidades da pesquisa utilizadas, como descrevemos a seguir.

i. Levantamento documental:

O levantamento e análise documental representam importante técnica na obtenção e complementação de dados qualitativos. Segundo Lüdke & André (1986) a vantagem da análise documental está na estabilidade e riqueza das fontes, o baixo custo, a complementaridade de outras técnicas e a ausência de alterações de comportamento advindas do contato entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa.

Nesta pesquisa, a análise documental serviu como a base necessária para a constituição do histórico do uso das praias do rio Araguaia para fins de lazer, bem como da legislação pertinente para tal. Esses dados se basearam em fontes documentais sobre o histórico do rio Araguaia, fornecidas principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e por documentos sobre o turismo em Goiás do nosso próprio acervo pessoal.

Dois documentos históricos importantes também nos foram gentilmente cedidos pelo colega de Pós-Graduação Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado de seu acervo particular, que nos auxiliaram na compreensão do discurso político empreendido ao Araguaia ao longo das décadas de 1960 e 1970.

ii. Relato oral:

A utilização do relato oral como modalidade de pesquisa possibilita a construção de uma reflexão sobre os processos vividos pelo grupo estudado, pois revela, através da fala dos sujeitos, o seu cotidiano, os símbolos, valores, sentimentos, crenças e nostalgias. Na acepção fenomenológica é a linguagem que transmite a condição de se estar no mundo. E para Ricouer (1978) é na palavra o lugar onde a linguagem fará, constantemente, o encontro entre contexto social de valores e os acontecimentos. As palavras seriam, para esse autor, signos em posição de fala: “A palavra é um permutador entre o sistema e o ato, entre a

estrutura e o acontecimento...” (RICOUER, 1978, p.80). Para Bakhtim (1986), a fala, em seu conteúdo enunciativo, é a própria representação dos signos trazidos pelos afetos e pelo imaginário até a memória. É, portanto, através da análise das falas obtidas no relato oral que o pesquisador aproxima-se da realidade vivida pelos sujeitos pesquisados.

Os relatos orais podem se diferenciar entre histórias de vida ou depoimentos pessoais. Segundo Queiroz (1988), os depoimentos pessoais permitem pequenas intervenções do pesquisador no sentido de direcionar as falas para os focos temáticos de seu interesse. Na história de vida, a liberdade de fala do entrevistado deve ser total. Nossa opção para essa pesquisa foi a de adotar os Depoimentos Pessoais como modalidade de pesquisa de Relato Oral, para o levantamento e a compreensão dos dados subjetivos de cada indivíduo e sua representatividade para o grupo. Quando, ao longo do trabalho, sobretudo no capítulo quatro, porventura utilizamos o termo *história de vida* estamos nos referindo a mesma em um sentido lato, e não como a modalidade de pesquisa adotada.

Como instrumentos de coleta de dados a que consideramos adequados aos Depoimentos Pessoais utilizamos a entrevista semi-estruturada, entendendo que, se tratando de Depoimento Pessoal, as questões serviram como norteadoras, pontos-chave para a condução das falas, no sentido de atentar o ator para o tema da entrevista (DALBERIO e DALBERIO, 2009). As questões que conduziram a coleta de dados dos depoimentos pessoais foram: *Conte-me a sua história com o Araguaia?; O que este rio representa para você?; Quais histórias, lendas e mitos você conhece sobre o Araguaia?; Quais as principais mudanças ambientais você percebe que ocorreram ao longo dos anos?; O que o faria deixar de vir acampar no Araguaia?; O que você pensa a respeito das políticas públicas de ordenamento do uso do rio, das ações de educação ambiental e da legislação de uso do rio?; O que você pensa a respeito da sua presença neste ambiente natural?*

As metodologias de análise e interpretação dos relatos podem variar de acordo com os objetivos da pesquisa, da epistemologia e do método adotado para tal, mesmo dentro do amplo arcabouço das pesquisas qualitativas. Nesta pesquisa recorreremos a uma leitura da Análise de Conteúdos proposta por Bardin (2002), muito embora a ela não tenhamos nos apegado de forma rígida, conforme justificaremos no item Procedimentos, a seguir.

Além da entrevista semi-estruturada, aplicamos também um questionário com alternativas abertas e fechadas, cujo intuito foi de levantamento de perfil do acampante, das práticas ambientais mais comuns (lixo, tipo e origem dos materiais utilizados nos acampamentos etc.) e das opiniões sobre os órgãos responsáveis pelo ordenamento da prática no rio (Apêndice A). Como dissemos anteriormente, as Pesquisas Qualitativas podem e devem lançar mão de dados quantitativos que auxiliem no entendimento de uma dada realidade, desde que a interpretação que se faça destes dados quantitativos não se limitem à restrição numérica (MARCONI; LAKATOS, 2004). Assim, o questionário que

aplicamos em 2010 foi elaborado tendo como referência as questões contempladas por aquele aplicado em 2004, o Questionário de Cadastramento dos Acampamentos utilizado pelo ICMBIO/RAN - GO e IBAMA-GO, para os acampamentos entre Aragarças/GO e Luis Alves/GO (Anexo B).

iii. Diário de Campo – Observação participante:

Dentro dos delineamentos da Pesquisa Qualitativa, a Observação Direta e Sistemática, com a respectiva sistematização dos dados observados no instrumento do Diário de Campo foram substancialmente relevantes nessa pesquisa, pois nos possibilitou a descrição de dados não levantados no relato oral ou nos demais instrumentos de coleta de dados. Essa Observação varia de acordo com o nível de inserção do pesquisador na realidade pesquisada, e é da qualidade dessa inserção que depende o aprofundamento dos elementos de análise.

Para Minayo (1994), o diário de campo no registro de dados é o instrumento a ser utilizado em qualquer momento da rotina de trabalho, na captação de angústias, comportamentos e elementos subjetivos não apresentados no decorrer da entrevista. Para o autor, é importantíssimo, do mesmo modo, o registro visual (fotografias e filmagens) para documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado.

Durante o trabalho de campo realizado em julho do corrente ano, utilizamos ambos os recursos acima apresentados – o diário de campo, fotografias e filmagens, com o auxílio de uma estagiária, estudante do curso de graduação em Geografia da UFG, Murriel Arantes.

IV PROCEDIMENTOS

A. Etapas da pesquisa

i. Análise documental

Objetivos da pesquisa atendidos pela modalidade

- I. Apresentar uma reconstrução histórica do processo de ocupação das praias do rio Araguaia, considerando a memória afetiva e a história de vida que os atores estabelecem ao acampar em suas margens;
- II. Discutir as características conceituais, culturais e práticas da ocupação social para fins de lazer nas praias do rio Araguaia;

Inicialmente, ocorreu a análise documental, com a busca de documentos históricos e de legislação junto aos órgãos competentes e relevantes, como Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Agência Estadual de Turismo/GO, Agência Ambiental/GO e IBAMA/GO, dentre outros. Essa primeira fase foi importante para um reconhecimento inicial

daquilo que a legislação ambiental traz a respeito dos acampamentos no rio Araguaia, de levantamentos estatísticos já realizados e para um maior conhecimento da realidade pesquisada. Algumas publicações de divulgação do turismo no Estado de Goiás também foram utilizadas, oriundas do nosso próprio acervo pessoal.

No que diz respeito à reconstituição dos aspectos históricos, é importante apresentar dois elementos significativos. Primeiro, encontramos poucas fontes de pesquisas e de documentos historiográficos a respeito das práticas dos acampamentos. A bibliografia levantada, sobretudo nos arquivos do Instituto Histórico Geográfico de Goiás, se aproxima mais da literatura de viagem do que de trabalhos acadêmicos e documentos históricos (que se distingue da memória, conforme a diferenciação proposta nos estudos organizados por CAVIGNAC e VALENÇA, 2005) propriamente ditos. Em segundo lugar: a memória e história de vida dos usuários aparecem mais uma vez, como uma fonte rica de levantamento de informações, talvez até maior do que aquelas institucionalizadas e ditas como oficiais. Oportunamente trabalharemos e discutiremos a memória, seu papel e conteúdos na configuração das representações sobre o rio para os acampantes.

Dois documentos históricos importantes para o entendimento das políticas públicas de investidas para o turismo no Estado de Goiás nas décadas de 1960 e 1970 nos foram gentilmente cedidos pelo colega de Pós-Graduação Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado de seu acervo particular, e que muito nos auxiliou na compreensão da visão e do discurso político par ao turismo em Goiás em épocas pretéritas, o *Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás* da década de 1960, e o *Roteiro – O Turismo em Brasília e Goiás* do ano de 1975.

ii. Relato Oral – Depoimentos pessoais

Objetivos da pesquisa atendidos pela modalidade

- I. Apresentar uma reconstrução histórica do processo de ocupação das praias do rio Araguaia, considerando a memória afetiva e a história de vida que os atores estabelecem ao acampar em suas margens;
- III. Analisar as contradições e os diálogos entre os aspectos simbólico-afetivos e estruturais relativos à apropriação do rio Araguaia para fins de lazer;
- IV. Discutir as interfaces e as divergências entre a tradição e o turismo no contexto da apropriação humana das praias do rio Araguaia;

A técnica que utilizamos para a coleta de depoimentos com o intuito de investigar aspectos do afeto e das representações dos grupos turísticos, foi o levantamento de Depoimentos Pessoais, baseados no estudo da memória coletiva, e analisados a partir da proposta de Bardim (2002) para Análise de Conteúdos, muito embora essa metodologia

tenha sido utilizada apenas como norteadora da leitura dos depoimentos, e não completamente para a interpretação dos dados levantados.

Isso porque, para a compreensão sistêmica dos dados coletados, e aqui precisamos reforçar, foi necessário que mantivéssemos atenta às peculiaridades do nosso objeto de pesquisa – o rio Araguaia em sua polissemia. Ao longo do desenvolvimento da análise e interpretação dos dados da pesquisa, percebemos que duas complexas epistemologias do conhecimento fundamentaram e estruturaram a interpretação dos dados coletados. A fenomenologia como a epistemologia que permite desvelar o mundo como ele se apresenta, independente da interpretação que fazemos dele (DARTIEGUES, 1996) nos auxiliou na construção das argumentações apresentadas, sobretudo nos capítulos três e quatro, ou seja, para a compreensão do ambiente simbólico-afetivo da pesquisa.

Em complementaridade, foi preciso que lançássemos sobre nossa pesquisa uma leitura considerando a perspectiva dialética, entendida como o estudo da contradição na essência mesma das coisas (MARCONI; LAKATOS, 2004). Isso foi necessário, sobretudo quando consideramos, inicialmente, as contradições inerentes à própria característica das representações sociais, mas, sobretudo nas contradições que se mostraram ao longo do desenvolvimento da pesquisa: àquelas existentes entre o afeto pelo rio, em sua apropriação simbólica e material, e os impactos causados ao ambiente ecológico; a contradição entre considerarmos a prática dos acampamentos vista pelas lentes da tradição e a força político-econômica para seu uso turístico; e a proposta da síntese a que chegamos (capítulo cinco), conforme nossas sugestões propostas.

Nesse sentido, não nos mantivemos engessadas em uma única epistemologia para a construção das análises e interpretações dos dados levantados. Por vezes utilizamos uma leitura fenomenológica para compreensão da realidade, quando dessa visão nosso objeto assim necessitou. Já a amplitude do olhar sobre a complexidade que é o rio Araguaia, seus atores, seus usos e suas necessidades, nos exigiu uma consideração que respeitasse, e acolhesse suas contradições, cuja perspectiva dialética nos auxiliou. Se, como nos dizem Dalberio e Dalberio (2009), as diferentes epistemologias trazem suas contribuições para a realidade, assim também as consideramos. Consideramos ainda para nossa pesquisa, o que os autores complementam:

...os cientistas sociais fazem uso delas em conjunto ou separadamente para adentrar na essência da realidade social e interpretá-la. (...) Cada olhar sobre a realidade social pode fazer uso de uma delas para observar alguns pontos fundamentais da manifestação social. (...) Entretanto, acreditamos que a leitura da realidade independe da fidelidade a um único procedimento teórico-metodológico; o que importa mesmo é que a realidade seja lida, interpretada e transformada em benefício da sociedade (DALBERIO e DALBERIO, 2009, p. 181).

Realizamos as coletas dos depoimentos durante o período da temporada de julho no Araguaia, nos acampamentos a cerca de uma hora de canoa a motor a norte e a sul de Aruanã. Neste período, realizamos 30 questionários de questões fechadas, cujo objetivo foi dar continuidade à pesquisa sobre o diagnóstico ambiental de 2004. O questionário aplicado em 2010 foi muito semelhante ao utilizado em 2004. Fizemos, portanto, a análise dos questionários a partir de 34 acampamentos visitados em 2004 e 30 acampamentos visitados em 2010, na região. Dos 30 acampamentos visitados, a todos eles aplicamos o questionário. No entanto, as entrevistas foram realizadas apenas naqueles acampamentos cujo tempo de existência do mesmo era superior a cinco anos. Outro critério para as entrevistas realizadas foi o tempo existente na relação entre o acampante e o rio, relativo a história e das vivências com o rio dos atores entrevistados. Realizamos assim 22 entrevistas. O início da coleta das entrevistas dos depoimentos pessoais nos acampamentos foi precedido da explicação do objetivo do trabalho, a declaração de respeito ao anonimato dos depoimentos e a solicitação de autorização para gravação, fotografia e filmagens.

A diferença encontrada no quantitativo de acampamentos entre estas duas datas não significa necessariamente que houve uma diminuição do universo geral da quantidade de acampamentos organizados em 2004 e 2010. Significa sim que, como o trabalho de campo de 2010 foi realizado mediante recursos financeiros próprios, a dificuldade foi maior em visitar todos os acampamentos da região. Por isso, optamos por uma quantidade próxima, mas não exata, dos acampamentos registrados em Aruanã pelos órgãos estaduais em 2004.

iii. Observação direta

Objetivos da pesquisa atendidos pela modalidade

- II. Discutir as características conceituais, culturais e práticas da ocupação social para fins de lazer das praias do rio Araguaia;
- III. Analisar as contradições e os diálogos entre os aspectos simbólico-afetivos e estruturais relativos à apropriação do rio Araguaia para fins de lazer;
- V. Refletir sobre as perspectivas para o planejamento das ações de ordenamento e de educação ambiental para o Araguaia, considerando a complexidade na relação entre os aspectos simbólico-afetivos e estruturais na apropriação das praias do Araguaia.

A Observação seguiu as colocações de Lüdke & André (1986), tendo em vista que o pesquisador é também um “observador participante”, se propondo a revelar ao grupo pesquisado sua identidade e objetivos do estudo. O registro das informações no diário de campo foi complementado pelo registro visual, na forma de fotografias e vídeos.

O registro no diário de campo compreendeu a uma breve descrição dos sujeitos entrevistados, descrição do acampamento, localização em coordenadas desses acampamentos, reconstrução de diálogos (palavras e gestos), descrição de eventos especiais, atividades e comportamentos, ações e conversas do pesquisador.

Outro elemento significativo do diário de campo, fundamental para a propositura das diferentes categorias dos acampamentos, foi a listagem de infraestrutura e equipamentos a serem observados em cada acampamento visitado. Essa lista foi preenchida a partir da observação direta, e funcionou como referência para a categorização das tipologias de acampamentos. A partir da observação, criamos uma listagem no diário de campo, com uma série de objetos e de elementos de análise, a serem conferidas em cada um dos acampamentos visitados (Apêndice B). Mediante essa lista foi possível chegar a uma configuração abrangente e descritiva dos tipos de acampamentos encontrados nas praias do Araguaia, bem como propor uma análise dos impactos mais relevantes gerados por cada categoria de acampamento. Demais elementos que indicassem a rotina dos acampamentos, bem como os demais eventos ou acontecimentos observados foram sistematizados a partir da ocorrência dos mesmos.

PARTE 1

ASPECTOS DO AMBIENTE ESTRUTURAL DA PESQUISA: O RIO ARAGUAIA, POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO E A APROPRIAÇÃO DO AMBIENTE

O ambiente estrutural da pesquisa a que nos referimos nesta primeira parte, dividida em dois capítulos, diz respeito à caracterização dos aspectos físicos do rio Araguaia, seus habitantes originais, e às discussões elaboradas sobre a apropriação socioeconômica, política-ideológica e turística no vale do Araguaia.

No primeiro capítulo, apresentamos uma caracterização do meio e dos aspectos geofísicos do ambiente rio Araguaia, aspectos étnicos-mitológicos que estruturam e iniciam ali um mundo-vivido, e os aspectos socioeconômicos e históricos do contexto da ocupação nos sertões do Brasil Central.

Nosso objetivo para este primeiro capítulo foi o de contextualizar o rio Araguaia ao recorte temático da nossa pesquisa e, sobretudo, ao leitor que buscar neste trabalho referências sobre o recorte espacial em questão. Além disso, objetivamos também estabelecer um encadeamento teórico-histórico contribuinte ao reforço argumentativo e de ideias à tese que propusemos. Por esse motivo, seguindo a apresentação dos aspectos históricos, iniciamos a discussão sobre o histórico da ocupação das praias do rio Araguaia como objeto de lazer goiano, cujos argumentos serão também reforçados, posteriormente, na segunda parte da tese.

Em se tratando desta pesquisa de uma análise no campo teórico da Representação Social, o ambiente estrutural aqui considerado traz as discussões de um aspecto significativo das representações: o comportamento. Nesse sentido, no segundo capítulo apresentamos uma categorização dos acampamentos baseada nas características estruturais dos mesmos, as práticas de sociabilização e um diagnóstico das relações ambientais nos acampamentos. Nosso objetivo neste capítulo foi o de analisar o comportamento como representação e os aspectos relacionados à apropriação das praias por seus usuários.

Em se tratando de ambiente, categoria de análise a que tomamos para esta leitura sobre o Araguaia, faz-se necessário vislumbrá-lo a partir de seus amplos aspectos. Como categoria polissêmica, em especial, nesta primeira parte – ambiente estrutural da pesquisa – analisamos os sentidos relacionados ao ambiente físico e socio-histórico na apropriação do vale do rio Araguaia.

CAPÍTULO I

O RIO ARAGUAIA: CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO ARAGUAIA À PERSPECTIVA DO TURISMO

1.1. *Considerações gerais sobre o capítulo*

Neste capítulo procuramos configurar uma perspectiva geral a respeito dos aspectos físicos, históricos e políticos que deram ao Rio Araguaia as características atuais.

Sob o aspecto geofísico, objetivamos apresentar aspectos mais gerais que permita a compreensão das peculiaridades do ambiente físico e da paisagem, que permitem inclusive o desenvolvimento das atividades socioculturais em sua região.

Em relação ao aspecto histórico e socioeconômico, o rio Araguaia apresenta aspectos de relevância na configuração política do Estado de Goiás. Aspectos esses que foram atribuídos, sobretudo às características geofísicas do rio. Daí a singularidade e necessidade de se apresentar uma configuração que permita a compreensão da complementaridade na relação ambiente físico – ambiente sociocultural.

1.2. *Berohocy - Rio Grande. Paraupava. Rio da Esperança. Rio das Araras – O Araguaia: navegando pela caracterização*

1.2.1. Aspectos geofísicos

A Bacia do Rio Araguaia é um dos grandes sistemas fluviais da América do Sul. Inserida no Bioma Cerrado, a região concentra grande parte da biodiversidade do planeta e é berço ainda da maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal. A bacia drena, segundo Franco (2003, p. 152) uma área de 378.221 km² (ver Tabela 1, adiante), ou 4,44% do território brasileiro, sendo considerada a quarta maior da América do sul. O rio Araguaia nasce na serra do Caiapó, na divisa entre Goiás e Mato Grosso, numa altitude aproximada de 850m. Corre quase paralelamente ao Tocantins, a partir das imediações da Ilha do Bananal, e nele desemboca, após percorrer seus longos 2.115 km, a que se convencionou chamar sua foz, o rio Tocantins. Pertence à Macro Bacia Amazônica e, ao longo de mais de 2000 km de curso, marca a divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Tocantins e, ainda, Pará e Tocantins, desaguando no Rio Tocantins, na divisa de Tocantins, Pará e Maranhão (acima, Figura 1).

O Departamento Nacional de Portos Navegáveis do Ministério dos Transportes propôs uma classificação, ainda que informal, que considerou, ainda na década de 1970, as

condições de navegabilidade do rio Araguaia. Nessa classificação o curso do rio foi dividido em três grandes trechos representativos das áreas de drenagem da bacia. O primeiro trecho desta divisão, ou Alto Araguaia, corresponde das nascentes a 450 km de distância a norte, no distrito de Registro do Araguaia/GO, município de Montes Claros de Goiás. Possui um desnível de 570 metros e profundidade máxima de 0,30 metros. O segundo trecho, ou Médio Araguaia tem uma extensão de 1505 km, entre Registro do Araguaia/GO e Santa Isabel no Estado do Tocantins e um desnível de 185 metros. Neste trecho, em sua altura de 720 km de curso, o rio Araguaia se divide em Javaés, formando a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, com 375 km de extensão. O chamado Baixo Araguaia é o menor dos três trechos, com 160 km e um desnível de 11 metros até desaguar no rio Tocantins. Nosso estudo se dá, desse modo, nos acampamentos localizados no Médio Araguaia, especialmente o trecho no entorno do município de Aruanã (acima, Figura 2).

A Bacia do rio Araguaia começou a ser formada, segundo Barbosa (1998) e Brasil (2006), junto ao próprio resfriamento da Terra, no período Pré-Cambriano cerca de 3,5 bilhões de anos, quando as primeiras rochas se consolidaram. Apesar disso, a grande maioria dos terrenos que compõem a bacia são bastante recente, de 1,6 a 65 milhões de anos. A estrutura litológica é antiga, mas a consolidação do relevo formado a partir do depósito dos sedimentos oriundos de um desgaste erosivo desde o Embasamento Cristalino é recente.

Foi, entretanto, apenas no Quaternário que a atual rede de drenagem da bacia se formou, a partir dos detritos acumulados nas áreas deprimidas, principalmente na forma de leques aluviais e terraços aluviais, formados pelos assoreamentos de antigos lagos. A evolução dos rios foi provocada, dessa forma, pelos movimentos das estruturas tectônicas, com afundamentos e soerguimentos de blocos, permitindo o alinhamento e as anomalias da drenagem, os depósitos arenosos de praia, a formação de terraços e as faixas aluvionares (BRASIL, 2006). Pela formação relativamente jovem destes terrenos, explica-se por que o rio Araguaia é meandrante e a caixa do leito ainda estar em formação. Esse elemento lhe confere, entre outros de caráter ecológico, maior suscetibilidade em relação às ações antrópicas.

O aspecto climático ainda continua a exercer forte influência sobre a dinâmica natural do rio Araguaia, assim como os períodos oscilantes entre chuva e seca foram fundamentais no processo de formação geológica. O clima, do tipo tropical-quente-subúmido, determina a formação vegetal e a hidrografia através da distribuição das chuvas. Os fatores dinâmicos da circulação atmosférica (PRODIAT, 1982) definem as altas temperaturas da região com variações térmicas entre dia e noite bem marcadas, aliados as poucas alterações anuais da situação da temperatura, velocidade dos ventos, umidade do ar e insolação. As temperaturas variam pouco ao longo do ano e de acordo com as duas

estações do ano bem marcadas: verão muito quente e chuvoso, inverno quente e de temperaturas menores.

A hidrografia da bacia do rio Araguaia é formada pelo curso principal que dá nome à bacia – o rio Araguaia e os seus 135 afluentes que o compõe diretamente. Dentre eles estão rios, ribeirões e córregos, conforme apresentamos e no Quadro 1, a seguir (ver algumas referências também na Figura 1).

RIOS	RIBEIRÕES	CÓRREGOS
1. Água branca	1. Água fria	1. Águas Belas
2. Andorinhas	2. Água Limpa do Araguaia	2. Algibeira
3. Babilônia	3. Antônio Rosa	3. Araguainha
4. Bananal	4. Areia	4. Atoleiro
5. Barreiro	5. Arixá	5. Bacaba
6. Beleza	6. Barreira Branca	6. Buritizal
7. Cabiruru	7. Boto	7. Cacimba
8. Caiapó	8. Cabiruru	8. Caiano
9. Campo Alegre	9. Candeeiro	9. Caixão
10. Caracol	10. Capivara	10. Caixo
11. Claro	11. Claro	11. Cascalho
12. Corda	12. Da Chapada	12. Chá
13. Crisóstomo	13. Guariroba	13. Chumbeirinho
14. Cristalino	14. Itaipavas	14. Corricho da saudade
15. Crixás-Açu	15. Jabuti	15. Corricho dos bois
16. Das Barreiras	16. João Velho	16. Corricho São Bento
17. Das Cunhas	17. Jurumirim	17. Do Cândido
18. Das Garças	18. Lago	18. Do Cedro
19. Das Mortes	19. Morro grande	19. Do garimpo
20. Diamantino	20. Peba	20. Do Socó
21. Do Coco	21. Perdidos	21. Do Zuza
22. Dos Peixes	22. Queixada	22. Escondido
23. Dos Bois	23. Rebojinho	23. Fortaleza
24. Gameleira	24. Ribeirãozinho	24. Gordura
25. Genipapo	25. Das Perdizes	25. Gorgulho
26. Inajá	26. Do Barreiro	26. Grotá funda
27. Inajá	27. Do Catingueiro	27. Grotão dos reges
28. Javaés	28. Do Ouro	28. Grotão dois irmãos
29. Javaezinho	29. Do Salto	29. Guará
30. Joari	30. Do Sapo	30. Igarapé Gameleira
31. Lontra	31. Gameleira	31. Igarapé Saranzal
32. Maria	32. Gonzaga	32. Igarapé Surubim
33. Muricizal	33. Santana	33. Igarapé Umbaubal
34. Pau d'arco	34. São domingos	34. Inhuminhas
35. Piranhas	35. São João	35. Jacaré
36. Riozinho	36. Sucupira	36. Jacutinga
37. São Domingos	37. Tonico	37. Jenipapo
38. São Martinho	38. Urubu	38. Jurupi
39. Taguari	39. Umburana	39. Madalena
40. Tapirapé	40. Vinte de Maio	40. Pedreira
41. Taquari	41. Xambioá	41. Queixada
42. Vermelho	42. Xambioazinho	42. Raposa
	43. Zeca Novato	43. São Raimundo
		44. Sete Voltas

Quadro 1: Rios, córregos e ribeirões que compõem a rede hidrográfica da Bacia do rio Araguaia
Fonte: PRODIAT (1983); FRANCO (2003). Organizado por Ramos, 2010.

Apesar de predominantemente inserida em área do bioma Cerrado, a bacia apresenta configurações de três aspectos fitogeográficos: Cerrado, Floresta Estacional (Zona de transição) e Floresta Amazônica (PRODIAT, 1982), considerando, para tanto as características ecológicas originais, as formações primitivas da vegetação, aspectos fisionômicos de subformação, estrutura e deciduidade. O Cerrado é o mais abrangente, desde o sul da bacia até as imediações de Conceição do Araguaia/PA, e onde se concentra a maior parte da população e das atividades agropecuárias.

De acordo com o mapeamento do PRODIAT (1983), as fitofisionomias de Cerrado encontradas na bacia são: cerradão, cerrado stricto, campo sujo, campo limpo e campo com Murunduns. As Florestas Estacionais da Zona de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica encontram-se em faixa contínua entre a Floresta Amazônica até Arapoema/TO, seguindo o eixo do rio Araguaia até Santa Terezinha/MT, na faixa da divisão de águas Xingu-Araguaia. O terceiro domínio vegetacional presente na bacia é a Floresta Amazônica ao Norte, já na confluência do rio Araguaia com o rio Tocantins.

O rio Araguaia é considerado o principal afluente do rio Tocantins, e historicamente recebe menor atenção dos órgãos oficiais, conforme nos denuncia Artiaga (1961) e Franco (2003). Entre as 12 regiões hidrográficas apontadas pela Agência Nacional das Águas, o rio Araguaia aparece junto ao Tocantins, constituindo a Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, em que este último é apresentado como uma sub-região (Sub – 1 Araguaia) conforme classificação da Agência Nacional das Águas – ANA (BRASIL, 2006). Conforme esta classificação, o Araguaia é ainda subdividido em cinco sub-regiões (Sub – 2), como vemos na Tabela 1.

TABELA 1 - Sub-região do Rio Araguaia e suas classificações

SUBDIVISÃO HIDROGRÁFICA SUB 1 - ARAGUAIA	DENOMINAÇÃO DA SUBDIVISÃO HIDROGRÁFICA	ÁREA (KM2)
Sub 2 – Araguaia 01	Alto Araguaia	133.257
Sub 2 – Araguaia 02	Rio das Mortes	61.332
Sub 2 – Araguaia 03	Médio Araguaia	89.903
Sub 2 – Araguaia 04	Cantão do Araguaia	64.225
Sub 2 – Araguaia 05	Baixo Araguaia	36.101
TOTAL		384.818

Fonte: Caderno da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia – Ministério do Meio Ambiente, Secretaria dos Recursos Hídricos (BRASIL, 2006). Organização: Ramos, 2011.

Entretanto, para o escritor goiano Carmo Bernardes (1994), que viveu um período de sua vida na Ilha do Bananal, há um equívoco em considerar o Araguaia como afluente do Tocantins, e não o contrário. Com toda a irreverência típica de sua personalidade, ele nos diz: “O geógrafo bisonho que estabeleceu esta teoria, não já aleatória senão imprecisa,

nunca foi contestado em sua sapiência. Aceitam-na de modo tácito; e, à força da repetição comodista, a conjectura se tornou lei”. (BERNARDES, 1994, p. 77).

E essa inconformidade em relação à perda do nome do rio para Tocantins aparece também na relação afetiva que os acampantes mais antigos têm pelo Araguaia. No depoimento de uma senhora de 78 anos, Dona T³, que frequenta o Araguaia desde 1951, há um enunciado muito espontâneo a esse respeito: “*Eu não conformo do Araguaia perder o nome pro Tocantins*” (Dona T., 78 anos, depoimento colhido em julho de 2010).

Também para outro autor, Borges (1987), o rio Araguaia deveria receber maior atenção, inclusive no direito de levar o seu nome até o oceano, na inversão que há, segundo ele, de sua foz no rio Tocantins. Para ele, seria o rio Tocantins um afluente do Araguaia, a que deveria ser nominada bacia Araguaia- Tocantins. O autor ainda enumera seis razões para ser considerada esta inversão (BORGES, 1987, p. 24):

- i. O Araguaia possui 2.071 km de extensão, sendo mais longo que o Tocantins, de 1.882 km em trechos separados;
- ii. O rio Araguaia seria mais volumoso, 5.444 m³/s, ante 4.870 m³/s do Tocantins, para mesma latitude;
- iii. É o Tocantins quem se ‘inclina’ a Oeste para encontrar com o Araguaia, e não o contrário;
- iv. O Araguaia teria uma maior extensão de navegabilidade que apenas 250 km do Tocantins;
- v. O Araguaia é mais nacional, pois corta quatro estados brasileiros – Goiás, Mato Grosso, mato Grosso do Sul, Pará; e o Tocantins apenas Goiás e Maranhão considerando situação geopolítica da época;
- vi. Aspectos da riqueza sociocultural e histórica da formação do Brasil Central e da população indígena.

As bases ideológicas que estruturaram e fundamentaram a política do Brasil central estabeleceram, apesar das evidências técnicas, e impuseram o seu ordenamento inclusive à toponímia da bacia. Veremos mais adiante outras relações entre o ideal político da época e as influências na ocupação e transformação da região do vale do rio Araguaia.

1.2.2 Aspectos étnicos e mitológicos – O *Berohocy* dos *Iny*

O Centro-Oeste brasileiro é ocupado pelas sociedades autóctones⁴ há cerca de 43.000 anos (BERTRAN, 1988; BARBOSA, 1998; LOIOLA, 2007). Segundo as pesquisas

³ Ao longo do trabalho utilizarei apenas as iniciais dos primeiros nomes dos atores entrevistados, como modo de garantir a privacidade dos mesmos.

⁴ Para este trabalho, iremos nos referir aos primeiros e originais habitantes de nossas terras como autóctones, conforme proposta de Loiola (2007), e não como a conhecida alcunha de indígenas. Isso

empreendidas na região, os grupos autóctones, predominantemente pertencentes ao tronco linguístico Jê, viviam em dependência dos elementos naturais do Cerrado, em economia natural e em pequenas coletividades, embora houvesse a existência de sistemas de produção seminômades baseados de forma alternativa na caça e na pesca, como nos alerta Bertran (1988).

Em toda área contínua de abrangência do Cerrado, conforme Barbosa (1998), apesar da grande dificuldade em precisar os dados demográficos originais em razão das constantes migrações de indivíduos de uma aldeia para outra, dentro do mesmo grupo, ou mesmo de um grupo linguístico para outro, a estimativa é de que houvesse cerca de 50.000 indivíduos de diversos grupos (BARBOSA, 1998).

Na chegada dos primeiros bandeirantes as terras de Goiás os povos que habitavam a região, de acordo com Rodrigues (1993), pertenciam em sua maioria ao Tronco Linguístico Macro-Jê, família Jê, e são os grupos Akwen, Kayapó, Timbira e Karajá⁵. Apenas três línguas, Tapirapé, Avá-Canoeiro e Tenetehara, pertenciam ao Tronco Tupi, família Tupi-Guarani. O vale do Araguaia-Tocantins era habitado pelos grupos Kaiapó, Xavante, Karajá, Xerente e Apinajé (BERTRAN, 1988, p.17).

Esses grupos de autóctones foram em sua maioria execrados com a chegada dos colonizadores, nos embates pela disputa das terras e dos recursos naturais, pela escravização de seus corpos e culturas, por doenças e mazelas trazidas pelo modo de vida europeu. Ainda hoje, os modos de vida dos povos originários são insultados e postos à marginalização, quando do esquecimento de sua existência antes mesmo da chegada dos colonizadores, mesmo por parte de certos estudos institucionais e contextualizações históricas que configuram a formação do território brasileiro e goiano, pela

porque consideramos pertinente não dar seguimento aos enganos surgidos e perpetuados com a utilização do termo, que já foi errôneo desde sua intencionalidade, até aos sentidos pejorativos que lhes são atribuídos. O termo índio foi inicialmente usado para designar os diferentes povos habitantes da América. Melatti (1989, p. 68) nos aponta para o equívoco por parte dos europeus que acreditaram ter chegado à Índia, quando da chegada às Américas. Com este termo, os conquistadores rotularam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano sem considerar sua diversidade social e cultural. Mas entendemos também que o reconhecimento destes habitantes como indígenas foi incorporado em nossa sociedade. Lima (2010), utiliza o termo índio, e nos chama a atenção para que a definição proposta por Darcy Ribeiro é a mais válida no Brasil por ter sido incorporada a legislação vigente, segundo o qual “índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana, que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato”. É a definição estabelecida no artigo 3 do Estatuto do Índio (Lei Nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973), no qual índio é “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”.

⁵ Seguiremos a normativa da “Convenção para a grafia de nomes tribais”, estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), segundo a qual os nomes indígenas devem ser grafados com letra maiúscula, por representarem um povo, e sem a flexão de número e gênero. A maior parte desses nomes é grafada em língua indígena e o acréscimo do plural se configura, neste caso, em hibridismo.

descaracterização de suas práticas tradicionais, pelas humilhações advindas do preconceito e do entendimento unilateral que lhes destinam grande parte da população brasileira, que criticam, entre outras coisas, o movimento de resistência atual.

Desses povos que já habitaram, os que ainda vivem em correlação direta com o rio, e de maior referência quando dele se trata, são os Karajá. Segundo Lima (2010), a língua Karajá pertence ao Tronco Macro-Jê, família Karajá. Essa família se divide em três línguas: Karajá, Javaé e Xambioá. Cada uma delas tem formas diferenciadas de falar de acordo com o sexo do falante.

Lima Filho (1994) esclarece ainda que os Xambioá são o grupo mais ao norte e suas aldeias se localizam no município de Araguaína - TO. Os Javaé estão na porção leste da Ilha do Bananal, nas aldeias Canoanã, Boto Velho e Barreira Branca; e os Karajá estão distribuídos desde o município de Santana do Araguaia, no Pará, até a cidade de Aruanã - GO.

Esses três grupos se autodenominam *Iny* mas, conforme pondera Lima Filho (2006), o nome Karajá foi atribuído ao grupo pelo povo Tupi, cujo significado se aproxima de “Macaco Grande”, e tornou-se a referência para os não-índios. Essa expressão é considerada pejorativa, de acordo Lima (2010), mas preferimos mantê-la por constituir-se a mais conhecida nacionalmente na identificação dos *Iny*.

A respeito da presença dos Karajá no Cerrado, ao longo do vale do Araguaia, Toral (1992) afirma que ultrapassa quatro séculos. Os primeiros relatos sobre a localização deste povo aparecem no final do século XVI e os caracteriza como habitantes do baixo e médio curso do Araguaia. Ainda segundo o autor os primeiros contatos entre os Karajá e os ocidentais aconteceram entre o final do século XVI e início do século XVII, intensificando-se no século XVIII quando suas aldeias na Ilha do Bananal foram invadidas por bandeirantes paulistas, que percorriam a região do Araguaia. A partir desses elementos, está o fato de que os Karajá nunca se afastaram daquilo que consideram seu território tradicional: o *Berohoky*.

O rio Araguaia é território sagrado para os povos Karajá e Javaé, grupos autóctones de origem e relação marcante com o rio. Para eles, o *Berohocy*, nome de batismo originário do Araguaia e cujo significado se aproxima de Grande Rio, é o centro de sua cosmologia. Eram em suas águas que os *Iny*, como os Karajá se autodenominam, viviam antes de serem impelidos a viver em terra firme. No universo Karajá, o *Berohoky* não se constitui apenas um rio. Ele é o fundamento de toda sua existência, é um território material e simbólico que lhes confere uma identidade social e lhes fundamenta a permanência naquele território.

Assim, a narrativa conta a origem dos Iny às margens do rio Araguaia, no mito Woubedu⁶:

Os Karajá viviam debaixo do fundo da água, não viviam aqui fora, na terra. WOUBEDU era o cacique desta aldeia (submersa). Engraçado que ele tinha duas mulheres e uma mulher dele ganhou nenê e o índio sempre costuma oferecer mel à mulher que dá à luz. Diz que lá no fundo não tinha árvore e eles pegavam mel no cupim, arrebentava e tirava o mel. Quando foi certa tarde ele foi andando na praia e afastou bem longe. Quando chegou num certo ponto da praia ele abriu a ponta da água e saiu fora e viu um mundo diferente que era aqui. Ele olhou e viu tudo diferente, viu árvores, pássaros, muita caça e então saiu todo para fora. Fruta que lá não existia ele olhou e passou a experimentar e de cada fruta ele foi colhendo uma, fez uma cestinha de palha e foi colhendo. Chegou numa árvore e ficou olhando e viu o mel, bem diferente, numa árvore, ele cortou e usava uma cabaça, porque os índios usavam a cabaça para colocar o mel. Disse que deu mel de sobra, encheu a cabaça e deixou mais mel. Com isso, ele voltou, chegou lá na sua aldeia, chamou os índios e foi distribuindo de um por um cada fruta para eles experimentar. Aí falou de onde ele trouxe, de um lugar diferente que ele tinha encontrado, o mel também. Aí ele fez uma reunião à tarde e perguntou para o pessoal dele que quem fosse a favor e quisesse vir para fora, levantasse a mão, e quem não quisesse vir para fora, ficasse quieto. A metade levantou a mão para cima e esses no outro dia acompanhou ele. Quando chegou no mesmo lugar que ele tinha saído, da mesma forma como ele fez antes, ele abriu e foi saindo. Ele saiu na frente e os outros atrás. Aí chegou KOBÓÍ que tinha uma barriga muito grande, ele tentou sair e não conseguia. Aí os filhos dele saíram na frente, queriam tanto sair, mas não podiam deixar o pai. Aí o pai observou e disse: "Não filho, lá no fundo d'água onde nós vivemos não existe morte, vocês veem que não tem nada morto e aqui vocês podem observar que o vento aqui é quente e olha para lá, tem uma árvore morta ali, naquele outro lugar tem um pássaro morto, e lá não é assim, aqui existe tristeza". Aí ele voltou para as águas. O resto desse pessoal que saiu para fora chegaram perto da ponta da ilha do Bananal. Eles falam que tem o lugar, muita gente Karajá já foi conhecer esse lugar. Eu tenho vontade de conhecer esse lugar aonde aconteceu isso. Chegando lá eles se dividiram, uns iam para baixo outros iam para cima. Dizem que existe o lugar de onde saíram. Assim é que os Karajá passaram a viver aqui fora. Só que a origem vem do fundo do rio. Sempre que pergunto aos mais antigos, a história é sempre a mesma, sempre a mesma. Até hoje os mais antigos não tiveram outra explicação de onde vieram os Karajá. Acho que por isso é que não saem da beira do rio. (Cacique Rawakat Karajá, na aldeia Buridina Aruanã *apud* Lima, 2010).

Em Goiás, a população Karajá soma 216 índios aldeados e 29 desaldeados (LIMA, 2010). Os dados trabalhados pela autora apontam para um crescimento populacional nos últimos três anos provocado principalmente por fluxo migratório oriundo da ilha do Bananal em direção as aldeias de Aruanã. Todas as aldeias Karajá localizam-se ao longo do vale do

⁶ Mito de origem Karajá coletado em 1967 pela Prof^a Dr^a. Maria Augusta Calado, da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM63-05.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2010. Esse mito foi também narrado pelo mesmo e atual cacique Karajá, coletado por Lima (2010) em trabalho de campo na aldeia Buridina, em Aruanã-GO, no mês de março de 2009.

Rio Araguaia, como já apresentado, pela importância simbólico-afetiva do rio para a configuração territorial destes autóctones. São características culturais dos Karajá, as bonecas de cerâmica, as pescarias familiares, os rituais *Hetohoky* de iniciação dos jovens com, a Festa de Aruanã e da Casa Grande, os enfeites plumários, a cestaria e artesanato em madeira e as pinturas corporais. As marcas simbólicas do *omarura*, os círculos nas faces são características representativas de sua corporeidade, que os distinguem dos demais grupos. Essas marcas representam um rito de passagem na sociedade Karajá (Figura 3).



Foto i: Vista geral do município de Aruanã, na entrada do Centro Cultural da Aldeia Buridina Aruanã



Foto ii: Entrada do Centro Cultural da Aldeia Buridina Aruanã



Foto iii: Bonecas Karajá de Madeira. Escultura tradicional das manifestações culturais Karajá



Foto iv: Bonecas de cerâmica Karajá.



Foto v: Cacique Rawakat Aldeia Buridina Aruanã



Foto vi: Remo de madeira com pinturas típicas Karajá

Figura 3: Imagens gerais representativas do povo Karajá e suas práticas culturais. Autoria: Ramos, 2010.

Se do ponto de vista cultural o rio Araguaia é fundamental à cosmologia Iny, também o é sob o aspecto econômico, assim como para a demais sociedade. Por esse sentido, apresentamos os principais aspectos socioeconômicos relativos ao Vale do Araguaia.

1.2.3 Aspectos socioeconômicos gerais da Bacia do rio Araguaia

Os números disponíveis para pesquisa referentes a área da bacia do rio Araguaia e a quantidade de municípios pertencentes a ela, podem variar de acordo com as fontes de dados utilizadas (Agência Nacional das Águas, 390.000 km²; Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, 384.818 km²; Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos hídricos do Estado de Goiás, 382.000 km²).

Isso porque, a utilização de metodologias diversas somadas à falta de linhas demarcatórias oficiais para a bacia permitem essas discrepâncias nos dados encontrados. Como rio interestadual, a rede de drenagem da bacia está distribuída pelos quatro estados da federação e contempla os seguintes municípios, conforme Tabela 2.

TABELA 2 - Porcentagem da área estadual e a quantidade de municípios que compõe a bacia do rio Araguaia

ESTADOS	ÁREA (Km ²)	ÁREA (%)	QUANT. MUNICÍPIOS
GOIÁS	93.098	24,62	60
MATO GROSSO	135.826	35,91	37
PARÁ	47.399	12,53	14
TOCANTINS	101.898	26,94	56
Total	378.221	100%	167

Fonte: Franco (2003, p.153). Cálculos efetuados com dados fornecidos pelo IBGE, 'Malha Municipal Digital do Brasil, situação em 1977'.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que os dois estados em que o índice populacional dentro do recorte da bacia é mais expressivo respectivamente, são aqueles em que o processo de ocupação do território se deu especialmente pelo rio Araguaia, como apresentaremos em item posterior neste capítulo.

Nesse contexto, a bacia do rio Araguaia, conforme o MMA (BRASIL, 2006), abrange uma população de 1.365.220 habitantes, segundo o censo de 2000 do IBGE, dividida entre os estados de Goiás, Mato Grosso; Tocantins e Pará, divididas em área urbana e rural, conforme apresentamos na Tabela 3.

TABELA 3 – População total compõe a sub-bacia do rio Araguaia

UNIDADE HIDROGRÁFICA	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL	URBANIZAÇÃO %
Sub-1 Araguaia	996.511	368.709	1.365.220	72,9

Fonte: Caderno da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia – Ministério do Meio Ambiente, Secretaria dos Recursos Hídricos (BRASIL, 2006). Organizado por Ramos, 2011.

No estado de Goiás, cujo interesse em especial se dá este trabalho, a bacia do rio Araguaia se estende por 60 municípios, conforme delimitação do IBGE (2010) e à opção feita por Franco (2003), sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Amorinópolis, Aragarças, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Aurilândia, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Bonópolis, Britânia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Caiapônia, Campos Verdes, Cidade de Goiás, Córrego do Ouro, Crixás, Diorama, Doverlândia, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Guarinos, Iporá, Israelândia, Itapaci, Itapirapuã, Ivolândia, Jaupaci, Jussara, Mara Rosa, Matrinchã, Mineiros, Moiporá, Montes Claros de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Nova América, Nova Crixás, Nova Iguaçu de Goiás, Novo Brasil, Novo Planalto, Palestina de Goiás, Paraúna, Pilar de Goiás, Piranhas, Porangatu, Portelândia, Sanclerlândia, Santa Fé de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santa Terezinha de Goiás, São João da Paraúna, São Luis dos Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Uirapuru.

Destes, 11 estão próximos ou diretamente as margens do rio⁷ (Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Doverlândia, Baliza, Aragarças, Montes Claros, Jussara, Britânia, Aruanã, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia em sentido sul-norte) e são significativos do ponto de vista do turismo de pesca ou da acessibilidade às praias e aos acampamentos como Baliza, Aragarças, Montes Claros (distrito do Registro do Araguaia), Aruanã, Nova Crixás (distrito de Bandeirantes) e São Miguel do Araguaia (povoado de Luiz Alves, Bem-vinda, Fio Velasco), conforme representamos na Figura 4.

O surgimento dos municípios que compõem a bacia do rio Araguaia está diretamente relacionado ao processo histórico de ocupação do vale do Araguaia, sobretudo no estado de Goiás, cujo papel atribuído ao rio pela navegação aparece em destaque, como veremos a seguir.

⁷ Do lado direito da margem do rio, no estado de Mato Grosso, os municípios divisores são Alto Taquari, Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu*, Pontal do Araguaia*, Barra do Garças*, Araguaiana, Cocalinho*, Novo Santo Antonio, São Felix do Araguaia*, Luciara* e Santa Terezinha, no eixo sul-norte. Os municípios em destaque são significativos para o turismo de pesca e acesso as praias pelo estado de Mato Grosso.

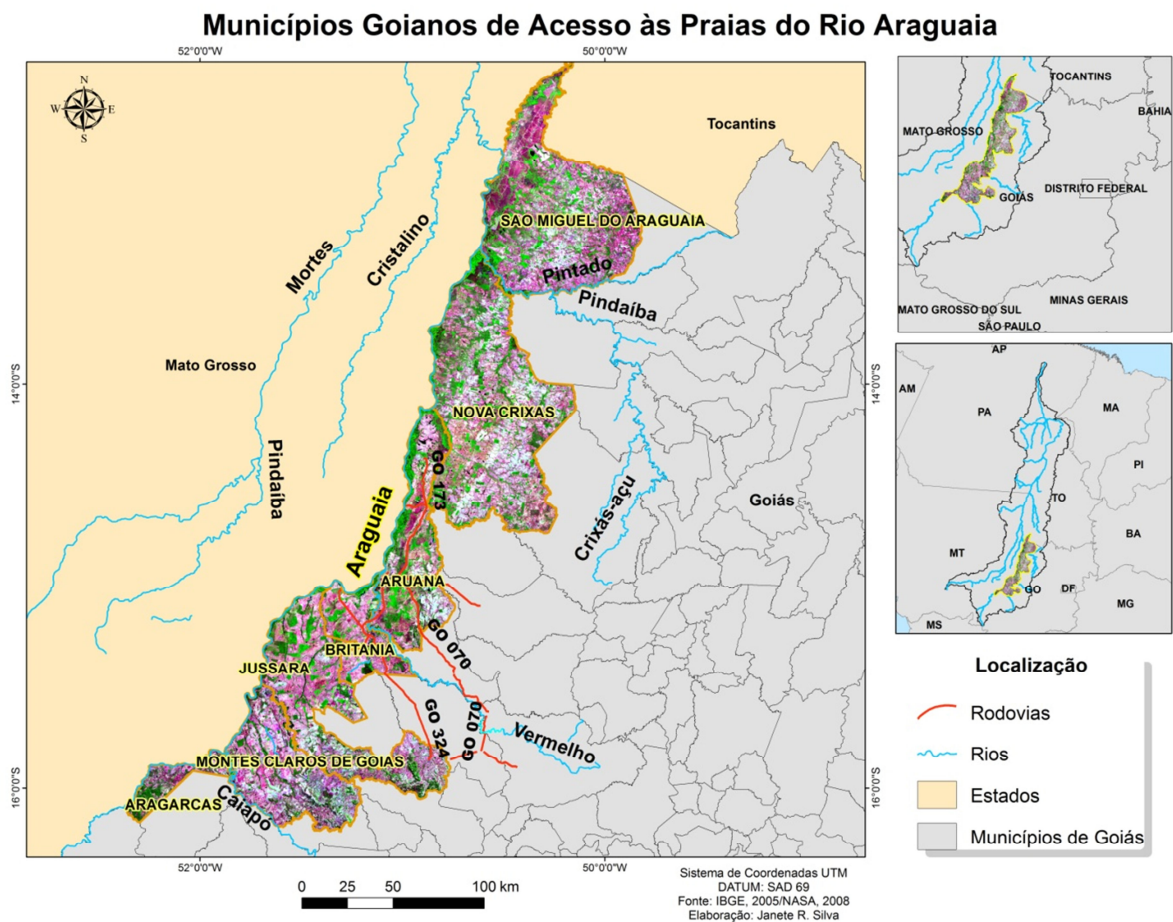


Figura 4: Municípios goianos às margens do rio Araguaia. Alguns deles são muito representativos como acesso às praias para os acampamentos. Elaboração: Janete Silva, 2011.

1.2.4 Aspectos históricos – o Araguaia no contexto da ocupação e navegação nos sertões do Brasil central

Falar do processo de ocupação da colônia no território goiano é falar, invariavelmente, das rotas de ocupação para o Centro-Oeste feita pelos rios Araguaia e Tocantins. Nesse sentido, faremos uma breve contextualização sobre a ocupação do estado a partir da perspectiva de sua ocupação via eixo leste-oeste, na importância sócio-histórica e econômica dos rios Tocantins e Araguaia para o adensamento de Goiás.

Em relação ao período da colonização, a economia da colônia *brasilis*, como bem sabido, passou por diversas fases desde os primeiros processos de expansão dos séculos XVI e XVII ligados à agropecuária a ao extrativismo (CHAUL, 2002), com incremento da mineração do ouro no século XVIII.

A ocupação europeia no Centro-Oeste inicialmente empreendida por espanhóis, data do século XVI, feita via eixo paraguaio. Mais tarde os portugueses, no século XVII, cujo objetivo era escravização das populações autóctones e a própria demarcação a apropriação do território, adentraram já nos anos de 1600, as regiões do rio Araguaia e Tocantins

(BERTRAN, 1988). Se no século XVII o motivo da ocupação em regiões de sertão era a captura de povos originais, no século XVIII as bandeiras empreendidas na região Centro-Oeste objetivavam a busca de ouro e pedras preciosas; em 1719, os bandeirantes paulistas descobrem ouro próximo a Cuiabá, e em 1725 e 1729 em Arraial de Sant'anna (alcançando status de Vila Boa de Goiás em 1739 e posteriormente Cidade de Goiás) e Meia Ponte (Pirenópolis) respectivamente. Às margens do rio Claro, afluente do rio Araguaia, foram encontradas pedras preciosas, a partir das *descidas* ou formas fluviais de desenvolvimento das bandeiras.

Assim, o processo de ocupação da região vai acompanhando e avançando junto às descobertas de ouro, em direção norte, à Bahia e à fronteira de Minas Gerais (BERTRAN, 1988). Nessa fase, a fixação da população era ainda incipiente, o que somente em 1736, com a abertura de vias de acesso que ligavam Cuiabá a São Paulo além das rotas de monções fluviais, começaram a se estabelecer os primeiros núcleos mineratórios e os respectivos povoados, que culminaram no estabelecimento das capitânicas de Goiás e Mato Grosso, em 1749, como administrações separadas de São Paulo. Segundo Bertran (1988, p. 23), a lógica do colonialismo português implantado se atinha a um estrito senso mercantil e exploratório, com escassos investimentos em infraestrutura. “Não era colonialismo em seu sentido clássico e sim mercantilismo predatório”, refletido desde o início nos abusos destinados à população local originária e aos elementos naturais da região.

Ainda em fins do século XVIII, deu-se a escassez da exploração do ouro na região, apesar de que ainda houvesse a procura do material em menor quantidade. O ano de 1780, como nos apresenta o autor acima citado, marcou o declínio significativo da mineração na região Centro-Oeste. Para ele, dadas as conjecturas, de qualquer forma e independente à mineração, a região seria ocupada pelos fluxos migratórios do século XIX, como realmente o foram após a escassez da exploração do ouro.

A produção agropecuária no Centro-Oeste se fortalece e une-se aos interesses mercantis da coroa, constituindo-se de um sistema econômico verticalizado e concentrado nas mãos de poucos comerciantes e pecuaristas. Quanto mais se “acelerava a decadência da mineração, mais a apropriação primária do espaço rural no Centro-Oeste executava-se rapidamente” (BERTRAN, 1988, p. 47). Como maiores representantes desse modelo de produção estão a fazenda Jacobina, em Mato Grosso e a fazenda Babilônia em Goiás, cuja diversidade de produtos agrícolas exportáveis era surpreendente. Em Goiás, nos anos de 1844, a estimativa é de que houvesse somente 41 minas de ouro ativas contra outras 232 abandonadas, e já havendo, no entanto, 3.500 estabelecimentos rurais dedicados à agropecuária e 667 exclusivamente à pecuária.

A história de ocupação da região do vale do Araguaia é o espelho diminuto da história de ocupação do Estado de Goiás. No Araguaia, a ocupação seguiu o mesmo

modelo geral apresentado para todo Centro-Oeste: explorações para o reconhecimento das terras e das riquezas naturais, exploração do ouro e recursos naturais e a criação de gado, como veremos adiante.

No princípio de sua ocupação, o Araguaia foi conhecido como o *Rio da Esperança* (ARTIAGA, 1961, p.123). Era a esperança de desenvolvimento que viria por meio das águas, para uma população goiana ainda que embrionária, mas ilhada no Brasil central, completamente esquecida ante o crescimento do sudeste da colônia, perante a imponente litorânea e à importância socioeconômica e cultural que os mares ali representavam. O poder público ao qual a nascente província de Goiás se vinculava “permanecia embevecido com os encantos do mar e a beleza litorânea. (...) O Brasil viveu a vida dos caranguejos, contemplando o Atlântico, e de costas voltadas para o interior” (ARTIAGA, 1961, p. 124).

O *Brasil central* era, portanto, a colônia do Brasil do litoral. E o Araguaia seria, desde o princípio de sua ocupação ocidental, considerado a praia dos goianos, no imaginário da oportunidade de uma riqueza econômica trazida pelas águas. Mas esse ideário logo foi desvelado pelas características naturais e morfológicas do Araguaia, que dificultou, e ainda o faz, a navegação de grande envergadura.

A navegação no chamado Brasil central foi significativa nas primeiras bandeiras empreendidas pelos sertões, como via de acesso aos rincões inexplorados e hostis da região, partindo de Goiás ao Mato Grosso.

De acordo com a pesquisa etnográfica desenvolvida por Lima Filho (2001, p. 23), o rio Araguaia era conhecido pelos paulistas como Paraupava, e as primeiras bandeiras empreendidas para o Brasil central tinham como objetivo a chegada e exploração dos “sertões de Paraupava”. Segundo o autor, o Paraupava foi o alvo das bandeiras comandadas por Domingos Luis Grou e Antônio de Macedo em 1590, e de Antônio Pedroso de Alvarenga em 1618. Essas expedições, conhecidas como as bandeiras do “Ciclo Paraupava”, foram compostas por sete “descidas” que percorreram os rios Tocantins e Araguaia e voltaram até as suas nascentes, capturando autóctones e descobrindo minas de ouro.

Em seguida, dá-se o ciclo de expedições conhecidas como as bandeiras do “Ciclo Araguaia” (LIMA FILHO, 2001, p. 24), cujo nome Paraupava foi substituído por Araguaia, rio das Araras, em correspondência a língua tupi-guarani das sociedades autóctones. Após algum período sem registros de bandeiras paulistas no Oeste, o caminho para Goiás por terra é alcançado e o antigo roteiro de Paraupava é esquecido. Em 1644, no entanto, se deu a bandeira de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, no baixo Araguaia, na confluência com o rio Tocantins, cuja principal característica foi as missões catequéticas dos jesuítas. Também em 1658, outra missão jesuítica realizada pelo padre Tomé Ribeiro encontrou com um grupo Karajá no baixo Araguaia, imediações do Pará.

Nos relatos históricos apresentados por Artiaga (1961), no ano de 1682 realizou-se a primeira bandeira na região do Araguaia empreendida pelo *Anhanguera* Bartolomeu Bueno da Silva (o pai), novamente na região do médio Araguaia. Nessa bandeira, cujo intuito foi a descoberta de ouro, desceram o rio das Mortes, subiram o Araguaia e entraram no rio Vermelho próximo a Serra Dourada. Ao subirem o rio Araguaia penetrando nas imediações do rio Vermelho, descobriram as terras ricas em minério pertencentes aos grupos originais dos Goyá. Deu-se aí o advento de Arraial de Sant'anna, região que se tornaria anos depois, em 1726, Vila Boa de Goiás e posteriormente a capital da província de Goiás, instituída em 1739 por Bartolomeu Bueno da Silva (o filho). Ainda de acordo Artiaga (1961), a navegação feita antes deste período era realizada por predadores e exploradores de riquezas, sem incentivos oficiais. Mas essa navegação foi relevante apenas como via de acesso e deslocamento, pois como via de crescimento econômico no escoamento da produção do interior, no ideário já existente de uma hidrovia, foi incipiente, rudimentar e precária, ocorrendo grandes fracassos nas tentativas cultivadas de transformar o Araguaia em hidrovia. As peculiaridades na constituição geomorfológica do rio, com a formação de muitos canais e sem um leito determinado dificulta a navegação para todas as embarcações, em especial àquelas de porte comercial. Além disso, os ataques violentos e hostis dos autóctones eram constantes, sendo preciso que os governos imperiais cuidassem da construção de fortes e presídios na região para garantir a segurança dos navegantes e sertanejos e a estes, também como incentivo a construção de moradias às margens do rio.

Com a instituição da capital de Goiás – Vila Boa, em 1739, a navegação no Araguaia sofre um novo e incipiente impulso. Inúmeras *caravanas* singravam o Araguaia, e também o rio Tocantins, procurando os pontos mais significativos das aluviões de ouro. Oficialmente, entretanto, a navegação só começa 59 anos após a fundação da capital, em 1798, no governo do capitão-general João Manoel de Menezes, pela ordem dada através da Carta Régia de 12 de maio de 1797. Esse incentivo oficial funcionou em acordo com o governador da província do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, estabelecendo a comunicação entre as duas capitais, usando a navegação do rio Araguaia por processos técnicos incipientes. (ARTIAGA, 1961, p. 125).

No início do século XIX, em maio de 1806, o então governador da capitania de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas, desceu o rio Araguaia rumo à Belém, com um carregamento de produtos regionais de lavoura para trazer para Goiás mercadorias de estiva paraense. Percebendo o grande vazio demográfico da região, principal entrave para o sucesso do comércio que poderia ser desenvolvido às margens do rio, o então governador desenvolveu uma política de privilégio e favores a comerciantes que remetessem cargas entre os dois portos, tão distantes um do outro. Nessa política de tentativa de adensamento,

ele ofereceu prêmios e vantagens aos que ali construíssem fazendas ou sítios nas margens do Araguaia.

Conforme nos narra Artiaga (1961), por estes incentivos, diversos comerciantes mandaram fabricar embarcações de fundo chato reforçado, e nos trechos de maior dificuldade e encachoeirados a baldeação dos produtos seria feita por terra. Nos pontos de baldeações foram construídos presídios para segurança e residência das equipes que trabalhariam nas baldeações. Esse empreendimento durou pouco, obviamente pela dificuldade nas baldeações, perda de produtos e valor do frete.

Por todo século XIX, as tentativas de navegações feitas pelo rio Araguaia foram baseadas na demarcação do território e na defesa militar instituída para fomentar e incrementar as tentativas de navegação pelo rio. Como eram grandes as dificuldades de superação dos obstáculos naturais, o comércio continuou incipiente em toda a margem do rio. Os incentivos coloniais se mantiveram a partir da construção de novos presídios para garantia dos ribeirinhos e tripulação. O primeiro destes novos conjuntos de fortes foi construído no então porto Manuel Pinto, depois Leopoldina, hoje município de Aruanã/GO.

O maior incentivo dado à navegação no Araguaia veio com a figura emblemática do governador provincial Couto de Magalhães, cujo papel na configuração da navegação do Araguaia ainda é referência histórica e social. Realizou uma grande viagem pelo Araguaia, ainda nos meados do século XIX, cujo diário está publicado como *Viagem ao Araguaia*, primeira publicação de 1863. Para ele, as embarcações a vapor seriam o único meio de transpor as barreiras naturais do rio. Mandou construir três grandes embarcações a vapor, que foram trazidas por terra desde Cuiabá e inaugura em 28 de maio de 1868 sua empresa de navegação (LIMA FILHO, 2001, p. 25). Em 20 de agosto de 1870, por meio de decreto legislativo oficializou a navegação (ARTIAGA, 1961, p. 128).

Nesta época, já se fazia relevante a presença dos garimpeiros que buscavam diamante às margens do Araguaia e afluentes. Diversas narrativas sobre as mazelas sofridas por esses exploradores que viviam na região em busca do sonho da riqueza, neste período e posterior podem ser encontradas na obra biográfica de Guedes de Amorim (2007, p. 76-93). O autor narra também o papel fundamental das seringas na movimentação comercial da borracha nos portos ao longo do Araguaia, entre Goiás e Pará, que só veio a se tornar relevante nos anos de 1900 e, início do século XX. Como ator social que participou desse novo incentivo a comercialização via fluvial, Amorin (2007) nos relata a importância desse comércio para Leopoldina, hoje município de Aruanã. As condições geomorfológicas do rio Araguaia só permitiam uma navegação mais segura por batelões ou embarcações de médio calado a partir do ponto daquele município. Isso favorecia então Aruanã como ponto de entrada para a comercialização e transporte da borracha no estado de Goiás, além da

privilegiada posição geográfica mais próxima das capitais do estado, Vila Boa de Goiás e posteriormente de Goiânia.

Entre os fins do século XVI e durante todo o século XIX, diversas foram as empreitas realizadas na navegação do Araguaia, cujo principal objetivo esteve no adensamento demográfico da região, com fins de abastecimento e manutenção do comércio realizado por via fluvial. No quadro a seguir (Quadro 2) é possível visualizar os eventos empreendidos para a navegação no Araguaia dos séculos XVII a XIX⁸.

ANO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	
1590	Bandeiras do “Ciclo Paraupava”	Bandeiras comandadas por Domingos Luis Grou e Antônio de Macedo
1618		Bandeira comandada por Antônio Pedroso de Alvarenga
1644	Início das Bandeiras do “Ciclo Araguaia”	Bandeira de Bartolomeu Barreiros de Ataíde
1658	Missão jesuítica realizada pelo padre Tomé Ribeiro	
1682	Primeira bandeira na região do Araguaia empreendida pelo <i>Anhanguera</i> Bartolomeu Bueno da Silva (o pai)	
1798	Governo do capitão-general João Manoel de Menezes, pela ordem dada com a Carta Régia de 12 de maio de 1797, inicia a navegação oficial pelo rio Araguaia	
1806	Governador da província de Goiás Francisco de Assis Mascarenhas desceu o rio Araguaia rumo à Belém, para comercialização de produtos	
1863	Governador provincial Couto de Magalhães realiza a primeira viagem pela região, cujo diário está publicado como <i>Viagem ao Araguaia</i>	
1868	Governador provincial Couto de Magalhães inaugura em 28 de maio de 1868 sua empresa de navegação	
1870	Governador provincial Couto de Magalhães, em 20 de agosto de 1870, por meio de decreto legislativo, oficializou a navegação no Araguaia.	

Quadro 2: Principais expedições relacionados à navegação no rio Araguaia até o início do século XX. Organização: Ramos, 2010.

No entanto, conforme afirma Artiaga (1961), as tentativas de navegação comercial no rio Araguaia fracassaram em sua maioria, e nos poucos e momentâneos incentivos privados bem sucedidos, não foram suficientes para tirar a região do esquecimento e das misérias, em detrimento ao litoral do país.

A mineração do garimpo de diamantes foi economicamente fundamental, pois possibilitou um adensamento e uma melhoria na circulação de recursos financeiros na região no início do século XX. As cidades de Aragarças, Barra do Garças e Nova Xavantina são exemplo de municípios que foram criados e se fortaleceram a partir da exploração do diamante e sua comercialização.

Entretanto, a mineração na forma como vinha se desenvolvendo causou diversos danos ecológicos ao rio. No depoimento de Dona T., colhido em entrevista no trabalho de

⁸ Na contextualização dos acampamentos falarei sobre os empreendimentos e políticas públicas de ocupação e navegação do Araguaia no século XX, haja vista sua vinculação com o turismo como atividade econômica e mais recente tentativa de inserção da região do Araguaia como expoente econômico de Goiás.

campo (2010), fica clara a denúncia feita sobre os danos ecológicos e ambientais para a dinâmica do rio:

Eu tenho muito medo do rio acabar, muito! Me lembro, um dia eu tava dormindo e foi na época do garimpo, um caos nesse Araguaia, a areia suja... antes a areia era cor de rosa, limpinha, cantava nos pés da gente e tudo isso foi resultado do garimpo e eu dormi preocupada com o rio porque não tinha jeito, todo mundo dava aquela alergia horrorosa e eu sei que dormi preocupada e eu sonhei que o Araguaia tinha secado (Dona T. – 60 anos de rio Araguaia, em entrevista em julho de 2010).

Também Bernardes faz sua observação acerca da problemática ecológica dos garimpos: “A carga de sedimentos, em proporções ainda acima da capacidade de remoção pela corrente normal do rio, teve início no princípio deste século com o desmonte de monchões e grupiaras nos garimpos de diamantes, nas alturas da barra do rio das Garças” (BERNARDES, 1994, p.78). Em meados do século XX, com as novas políticas públicas de adensamento do Estado Novo é que a região receberia novos incentivos e incrementos econômicos, sobretudo pelo fomento das atividades agropastoris e, mais incipiente, do turismo (ARTIAGA, 1961; LIMA FILHO, 2001), como veremos adiante.

1.3. O histórico da ocupação das praias como objeto do lazer goiano

Retomando aqui o pressuposto estabelecido para nossa pesquisa, qual seja, considerar os acampamentos no rio Araguaia a partir de uma perspectiva unicamente turística é não contemplá-la em sua complexidade, gostaríamos de esclarecer porque, iremos apresentar um histórico a respeito das políticas de incentivo ao turismo para a região do rio Araguaia.

As políticas para mineração e agricultura empreendidas para a região, como anteriormente apresentadas, tiveram por objetivo colocar a região do Araguaia na rota da produção econômica do Estado de Goiás. Passado o ciclo da mineração, instalando-se, e ainda atualmente fortalecido, o ciclo da agropecuária, empreendeu-se para a região o “ciclo do turismo” como atividade capaz de impulsionar economicamente o Vale do Araguaia. Nesse sentido, uma ideologia político-econômica empreende ao Araguaia uma vocação turística, visando unicamente às condições de ganho econômico, à semelhança dos ciclos anteriores. Em relação às políticas do “ciclo do turismo”, estas se limitam a enaltecer apenas os aspectos econômicos da atividade, em detrimento à importância afetiva e cultural na história dos goianos com o Araguaia, cuja relação é pretérita à tal invenção e fortalecimento da atividade para a região, como veremos adiante. A política de incentivo ao turismo como perspectiva economicista impulsiona e exige uma ótica instrumentalizada e externalizada, cujos objetivos e consequências são divergentes àquelas necessidades de quem vivencia e se relaciona com o ambiente internamente, no âmbito de uma prática cultural tradicional.

1.3.1 O século XX e a Marcha para o Oeste:

A história do rio Araguaia, no contexto do século XX, é marcadamente referenciada pela política pública de preenchimento dos vazios demográficos dos sertões, na tão afamada Marcha para o Oeste (MPO), iniciada pelo estado Novo de Getúlio Vargas em 1938, mas radicada por Juscelino Kubistchek, nas décadas de 1950 e 1960.

O movimento da MPO é motivo de militância, defesa e enaltecimento para uns e motivos de críticas e desafetos para outros autores. Artiaga (1961), grande defensor do estado de Goiás e fomentador da noção de identidade do povo goiano, coloca a política da MPO como o maior e principal movimento político em prol do desenvolvimento do Brasil central, cuja crítica aos governos passados se faz sempre presente, enquanto esquecimento dos povos dos sertões. O historiador nos diz:

Estávamos em pleno século XX, sem nenhuma iniciativa séria por parte do governo federal, para realizar ligações estratégicas e fazer estradas de penetração, afim de não sacrificarem-se brasileiros (...) coube a Getúlio Vargas (...) realizar as ligações Montes Claros a Monte Azul. (...) Agora, que tivemos um JK que representa a esperança de todo o Brasil, os problemas vitais do Brasil central estão sendo solucionados um a um, e a nação está sendo arrancada do antigo marasmo, caminhando para emancipação econômica. (...) Claro que o Araguaia foi beneficiado; e a ligação que seria impossível anos atrás foi realizada em tempo recorde e cumpriu assim, um imperativo geopolítico capaz de conduzir a nação a grandes destinos (ARTIAGA, 1961, p. 140)

Na descrição do historiador, notamos um enaltecimento das ações desenvolvidas por ambos os presidentes, sem considerar para tanto, as ideologias envolvidas na concepção e no desenvolvimento do movimento da MPO. Veremos ainda que o incremento da atividade turística para o Araguaia, segundo o autor, é oriundo da própria política da MPO.

Diferentemente a glorificação do movimento, Esterici (1987) apresenta o movimento como a diretriz ideológica de política do Estado Novo, na facção política que ocupava o poder. Na mesma linha, Otávio Velho (1976) o considera como um movimento autoritário de recrutamento da população de vários segmentos sociais do país, como a origem do autoritarismo brasileiro. Lima Filho (2001) considera a MPO um movimento do discurso ideológico marcado pelas novas bandeiras de civilização tardia do sertão. Essa concepção é fundamentada no desprezo dos expedicionários com o contexto social da região.

O que para esta pesquisa se torna muito significativo sobre o movimento, tanto do ponto de vista histórico quanto simbólico, é que o ponto de partida escolhido por Vargas para o programa MPO, com a Expedição Roncador-Xingu, posteriormente retomado por Kubitschek com a Operação Bananal, foi a região do Médio Araguaia. O desenvolvimento desta pesquisa passa, portanto, pelas políticas públicas desenvolvidas na região do Médio Araguaia, sobretudo pelo aspecto do crescimento econômico, até o advento da atividade turística como incremento de recursos financeiros da região.

O movimento teve início a partir das ações desenroladas no Governo Vargas pela Expedição Roncador-Xingú, o “Bandeirantismo do século XX”, segundo Ricardo (1970, p. 591), cuja descrição sumária das principais características faremos aqui, com intuito de contextualizar as políticas públicas para o advento da atividade turística planejada na região. A expedição foi imaginada a partir de uma primeira viagem que Getúlio Vargas fez para a Ilha do Bananal, em 1940, ficando cinco dias hospedado na aldeia Karajá de Santa Isabel do Morro. Teve a finalidade de abrir definitivamente vias de comunicação do litoral com o Centro-Oeste e Amazônia, considerada de interesse militar.

A expedição deslocaria a fronteira para o sudoeste goiano e para os vales do rio Araguaia e Xingu, construindo estradas, pistas de aviões fazendas de gados, enfim, semeando modernidade pelas mãos dos expedicionários, bandeirantes do século XX (LIMA FILHO, 2001, p. 26).

A base de organização e saída para a expedição se instalara nos fins da estrada de ferro da Companhia Mogiana na cidade de Uberlândia (MG), cidade tida como “boca do sertão” (LIMA FILHO, 2001, p.21). Segundo o autor, um grupo de aproximadamente 25 homens (há discrepância nos dados históricos pesquisados pelo autor), saídos em sete de agosto de 1943 de São Paulo, chegando dez dias depois em Barra Cuiabana, hoje Barra do Garças/MT, um vilarejo carente e hostil de garimpeiros fugidos da queda da borracha ao Norte, da seca do Nordeste e das lavras diamantíferas da Bahia. Em seguida, a base da Fundação Brasil Central, às margens do Araguaia, foi construída do lado goiano, na confluência do rio das Garças, o que originou o município de Aragarças/GO.

Como o objetivo era o (re)desbravamento e a colonização do Brasil central e ocidental, a expedição rumou a norte via Araguaia, chegando ao rio das Mortes, hoje cidade de Nova Xavantina/MT, em 28 de fevereiro de 1944. Ambas as cidades foram beneficiadas, mesmo que em temporalidades diferentes, pela expedição e instalação do FBC em suas confluências.

Cerca de dez anos depois, a Expedição Roncador-Xingú tem continuidade a partir de outro e emblemático movimento de (re)desbravamento, a Operação Bananal (OB), gerada no governo de Juscelino Kubistchek. Com a construção de Brasília em 1960, a MPO permaneceu cristalizada, até que o então presidente JK decidiu promover um ideário de integração étnica dos brasileiros, cuja figura Karajá aparecia como rótulo do “exótico, das primitivas condições de vida no interior do país, que moravam num paraíso de caça e pesca” (LIMA FILHO, 2001, p. 98), cuja aglutinação caberia ao próprio presidente conduzir.

Além disso, a frente litorânea deveria continuar a sua expansão civilizadora do capital, levando a modernidade ao sertão. Para tanto, a posição geográfica da Ilha do Bananal e a navegabilidade do rio Araguaia foram tomadas como fundamentais para a viabilização e a interiorização da Amazônia. O governo do estado de Goiás, na figura de

José Ludovico de Almeida, doa a Ilha do Bananal para União possibilitando que JK criasse ali um Parque Nacional. Essa transformação da Ilha do Bananal em parque foi fundamental para que os objetivos de JK fossem alcançados. Isso porque, segundo essa lógica, transformando a ilha em parque, e da negociação com os Karajá, seria possível, por meio do incremento do turismo, imprimir traços de modernidade nos sertões, imortalizando seu governo. A OB foi então o último grande ato modernista proposto por JK, como nos diz ainda Lima Filho, citando trechos do diário de JK:

O meu ponto de vista em relação à Ilha do Bananal era simples e objetivo. Tratava-se de um impulso a mais na direção da Fronteira Ocidental. Para que esse alvo fosse atingido, seria necessário transformar a ilha em parque nacional. O parque seria a meta da marcha que eu iria iniciar, no sentido de estabelecer naquela região, até então deserta, núcleos agrícolas pioneiros para o pleno desenvolvimento das atividades agropecuaristas. Como a ilha era um paraíso de caça e pesca, decidi construir no seu ponto mais favorável um hotel de turismo, e levando em conta as primitivas condições de vida na região, resolvi, simultaneamente, incorporar os índios [*sic*] que ali habitavam a civilização brasileira, criando para eles, serviços locais de assistência imediata (KUBISTCHEK, 1975, *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 100).

O advento do Parque Nacional do Araguaia e as negociações entre o governo e os Karajá da Ilha do Bananal permitiram então, a concretização da principal obra da OB: a construção do Hotel Turismo JK. O hotel representaria, perante estes ideais, a domesticação da natureza, conforme nos aponta Lima Filho (2010, p.101) “índios mascarados, mas dançando samba ‘para turista ver’, exemplo da incorporação da brasilidade”. Nesse marco, passamos então a pensar a atividade turística planejada e institucionalizada para o vale do Araguaia a partir do dado histórico da construção do hotel em terras Karajá na Ilha do Bananal.

Esses ideais políticos, como vemos, associou a ideia de modernização à criação de uma região turística na região do Araguaia, a partir da criação do Parque e construção do hotel. No entanto, como veremos, essa perspectiva foi tanto ingênua quanto inconsistente, já que atribuiu àquela realidade complexa, uma perspectiva linear e direta do ideário político governista.

1.3.2 O fomento à atividade turística no rio Araguaia no imaginário expedicionário do Brasil central.

Apresentamos, no início deste capítulo, alguns acontecimentos históricos sobre a ocupação do sertão do Brasil central, sobretudo pela região do vale dos rios Tocantins e Araguaia. O elemento mais significativo da discussão foi o adensamento populacional e o crescimento econômico da região por meio das inúmeras tentativas de navegação comercial no rio Araguaia, na sua configuração enquanto hidrovia, a que traria aos confins do sertão as possibilidades de crescimento econômico e modernidade.

Nesse sentido, os escritos de Artiaga (1961) foram muito importantes para a elaboração de uma perspectiva histórica. Este mesmo autor nos apresenta o fato evidenciado dos fracassos na transformação do Araguaia em hidrovia, muito embora as tentativas atuais ainda continuem com esse intuito. O fracasso histórico da navegação no Araguaia, por suas características geomorfológicas e dinâmica física, deveria valer como elemento significativo de diagnóstico atual para as recentes discussões empreendidas no intuito de regulamentação do projeto Hidrovia Tocantins-Araguaia. É importante perceber aquilo que o passado nos aponta como desafios em relação ao futuro. Quando no passado a navegação não foi favorecida pela própria constituição geomorfológica do rio, continua sendo um desafio na atualidade, muito embora essa não seja a temática do trabalho.

A esperança da entrada na modernidade por vias fluviais, tendo o Araguaia como principal elemento de adensamento e distribuição de riquezas no sertão, ficou relegada aos meados do século XX e a uma nova ideologia política de conquistas, desbravamento dos sertões e de expansão civilizatória da modernidade.

Para Artiaga (1961), a criação de uma vocação e o fortalecimento de um potencial turístico empreendido pelas políticas públicas para o rio Araguaia foram influenciados por dois motivos congruentes: a navegabilidade natural do rio Tocantins e o movimento da MPO. Segundo o autor (1961, p.140), a navegabilidade do rio Tocantins, e daí a sua consequente preferência por parte das políticas públicas de incentivo ao adensamento e crescimento econômico, tornou-o privilegiado em detrimento do rio Araguaia. O autor segue apresentando as características diferenciadas de ambos os rios:

Todos os técnicos afirmam que o Tocantins tem leito definitivo, ao passo que o Araguaia está ainda formando o seu, razão pela qual, o Tocantins leva vantagem. O Tocantins tem reservas econômicas formidáveis em suas margens, bastando citar o ferro, o níquel, a prata, e outros. Em baixo tem o babaçú, a castanha, o magno, madeiras de todas as variedades e áreas extensas apropriadas para a criação de porcos, de gado e outros animais. O Araguaia é um rio belo, de maravilhosas paisagens, mas está desabitado, servindo para o turismo como bem compreendia o grande brasileiro JK, que fará desse rio maravilhoso um ponto de atração para os estrangeiros que visitam a nova capital. No Araguaia há lhanas, as vastas áreas de capim branco sempre verde, que permite uma criação sem grandes perdas do rebanho bovino, tal como aconteceu em Luiz Alves, onde um pequeno rebanho proliferou tanto, que hoje é considerado um dos maiores de uma só família neste Estado (ARTIAGA, 1961, p.140)

A visão apresentada nos fortalece a perspectiva de que a visão do turismo como moeda de compensação econômica para os desafios impostos pelo aspecto natural do rio é de fato fantasiosa e reducionista, deixando de considerar a própria complexidade inerente à atividade turística, sobretudo àquelas inerentes as peculiaridades do rio Araguaia.

Ainda encontramos em um documento intitulado *Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás*, nº XVII (GOIÁS, 196-), produzido durante o governo de Mauro Borges Teixeira (1961-1964), a valorização das riquezas socioeconômicas do rio Tocantins, em

detrimento do rio Araguaia, encarado pelo documento como “região de agreste” (VALE, 196-, p.44). De acordo com o documento, o texto descritivo sobre o Tocantins tem como título “Tocantins – o rio da riqueza nacional”, cuja autoria é de Geraldo Vale, nos demonstra: “Muito habitado e populoso o seu vale desde os primeiros tempos de sua história, o Tocantins é também um manancial inesgotáveis de riquezas minerais e de folclore, com lendas, tradições e curiosidades” (VALE, 196-, p. 40). Ao longo deste texto, o autor vai demonstrando as potencialidades econômicas, sobretudo pela extração de minérios, e o desenvolvimento social de diversos municípios do vale do Tocantins.

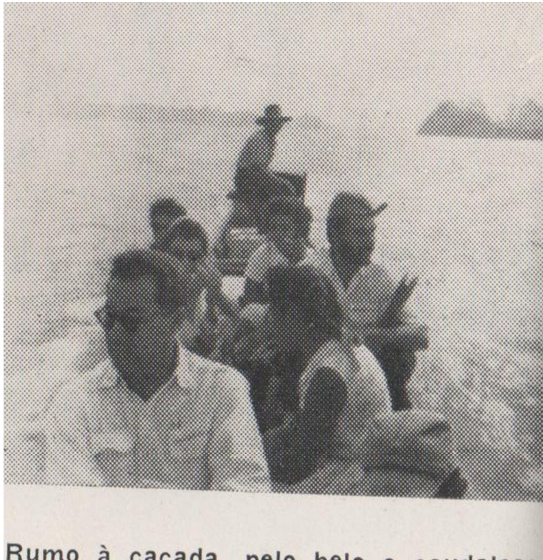
Ao rio Araguaia, o autor destina uma descrição sob o título “Impressões sobre o Araguaia”. Neste texto o autor se dedica a demonstrar ao leitor as belezas naturais do vale do Araguaia, sobretudo pela riqueza da fauna ali existente, e da facilidade e fartura da região para a caça e para a pesca (Figura 5), como observamos nos seguintes trechos: “A pesca no Araguaia oferece o que há de melhor para os pescadores” (VALE, 196-, p.46) e “Quanto à fauna, a região do Araguaia, assim como o Amazona (*sic*) e Mato Grosso, é uma das poucas reservas do Brasil: (...) e sua caça, igualmente, oferece lanças de verdadeira aventura” (VALE, 196-, p.46-7). A única cidade do vale do Araguaia mencionada pelo autor é a cidade de Aruanã, apresentada como “localidade indígena às margens do rio com vias de mais fácil acesso” (VALE, 196-, p.45-6).

Como vemos, do ponto de vista “desenvolvimentista”, ao rio Araguaia restaria apenas as atividades de turismo, pesca e criação de gado. É nítida na fala de Artiaga acima apresentada, a exaltação à JK, à ideologia modernista representada pela figura emblemática do então presidente. Essa concepção está ligada também ao imaginário modernista proposto para a construção de Goiânia, nos quais citamos anteriormente alguns elementos político-ideológicos. Em relação à MPO e ao governo JK, o turismo enquanto atividade econômica é novamente citado pelo autor e enaltecido, em outro trecho de sua obra. Aqui podemos observar novamente como a figura de JK foi representativa como modelo de governante progressista para a classe goiana em meados das décadas de 1960. Os investimentos do Brasil central, a partir do movimento da MPO, produziram um novo impulso de esperança para que Goiás se tornasse referência de modernidade e crescimento econômico.

Desta maneira, entendo que muito escrevi sobre o Araguaia, que, acaba de entrar para o cartaz pela recente iniciativa do ilustre JK, que, projetando obras no Bananal, está completando Brasília; porque, suas obras ali não são apenas destinadas ao fim de semana dos homens ricos de Brasília; mas a uma corrente internacional de turismo, que há de trazer bilhões de dólares ao nosso país (ARTIGA, 1961, p. 133)

Em baixo e na página seguinte: Flagrantes de caçadas efetuadas na região do Araguaia. Note-se a caça bem nutrida, índice da fertilidade daquela região

Imagem i: Recorte do teto que apresenta o discurso sobre as características da região do Araguaia no guia turístico de Goiás em meados da década de 1960. Este recorte precede, no guia, as imagens apresentadas a seguir.



Rumo à caçada, pelo belo e saudável...

Imagem ii: grupo de caçadores/pescadores. O texto é significativo e representativo das práticas fomentadas para região à época.

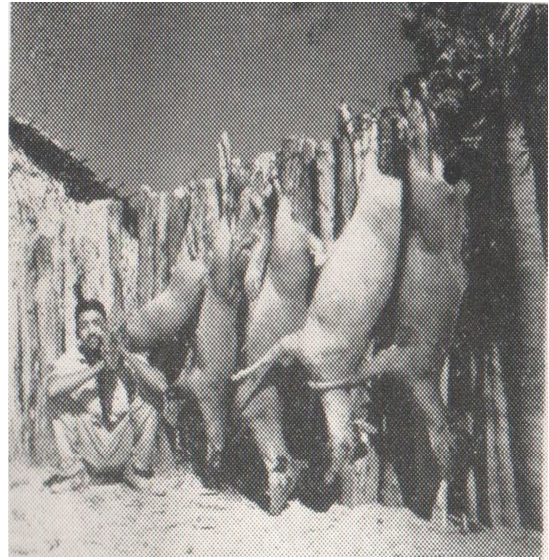


Imagem iv: A caçada praticada e exibida. Espécimes de veado abatidos expostos como atrativo para os turistas.



Imagem iii: Pequena pescadora. A prática da pesca sendo repassada às novas gerações.

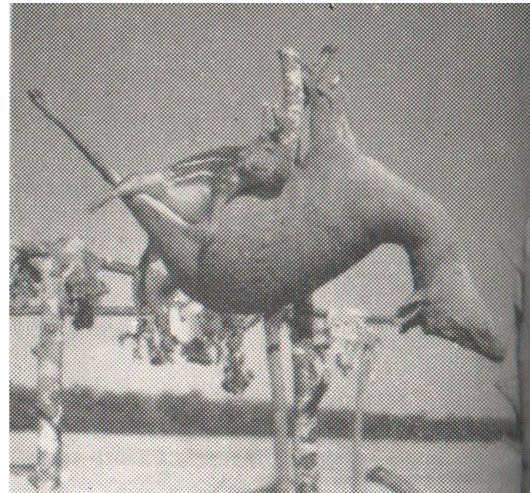


Imagem v: Outro exemplar de veado abatido. Nota-se a existência de outras espécies.

Figura 5: Composição de imagens documentais que retratam as práticas de caça e pesca empreendidas no rio Araguaia, incentivada, sobretudo, pelo discurso ideológica da política na década de 1960. Fonte: GOIÁS - Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás, nº XVII, 196-. Organização e seleção: Ramos, 2011. Continua...



Imagem vi: Filhote de onça abatida na popa de uma canoa de caçador. As “caçadas de espera” são recorrentes nas falas dos pioneiros dos acampamentos.



Imagem ix: Caçada de uma surucucu. A lenda do *Boitatá* sucumbi à materialidade humana.



Imagem vii: Espécies de veado e porco-do-mato abatidos e expostos como atrativo turístico



Imagem x: Porcos-do-mato e onça abatidos.



Quatro flagrantes significativos de pescarias efetuadas no Araguaia. Poucas regiões do mundo poderão apresentar tamanha fertilidade.

Imagem viii: Novamente o rótulo das imagens descreve o discurso para a venda do Araguaia e seus elementos naturais como atrativos para o turismo.

Figura 5: Continuação

As obras as quais se referem o autor, dizem respeito à construção do Hotel Turismo JK, o Alvoradinha, realizadas durante a já citada Operação Bananal. O próprio JK, em trecho de carta pessoal do presidente citada por Lima Filho (2001, p.102), enuncia o seu desejo de transformar a região do Araguaia em uma região civilizada, cuja criação de uma vocação para o turismo seria uma atividade condizente ao pensamento modernista: “Quero tornar aquela ilha o primeiro ponto realmente organizado, devidamente estruturado, para prática de turismo selvagem”. Neste enunciado fica clara a oposição planejada para a região perante a realidade encontrada. Àquilo que está ‘realmente organizado’ se opõem à desorganização, ao confuso, ao pouco desenvolvido; ‘devidamente estruturado’ pressupõe partir de algo que ainda não se estruturou totalmente, uma incompletude, características sumárias e reproduzidas no imaginário social do atraso em que viviam nos sertões do Brasil central, como vinculado, inclusive, nos documentos de divulgação do Estado, conforme vimos no discurso apresentado no “*Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás*” (GOIÁS, 196-). E ainda a ideia de um ‘turismo selvagem’ está muito relacionada à visão exótica de uma natureza intacta, útil para uma apropriação econômica do turismo:

A Ilha do Bananal, região ‘selvagem’ e com ‘primitivas condições de vida’ era para o governo o mundo da natureza por excelência, onde equacionados estavam ‘índio’, ‘natureza’ e ‘sertão’ (LIMA FILHO, 2001, p.101).

O imaginário de natureza selvagem é, como veremos ao longo do trabalho, ainda o fundamento das práticas turísticas e de diversas outras atividades humanas, culturais e/ou econômicas, sociais ou orgânicas, relacionadas ao discurso da natureza intocada (DIEGUES, 2000; MORAES, 2000).

A OB, especialmente, visou transformar a Ilha do Bananal num centro fomentador de desenvolvimento no vale do Araguaia, de povoamento da Amazônia, a medida que se desenvolvessem os incentivos à criação de gado, o extrativismo, a pesca, o turismo e o transporte fluvial, conforme nos apresenta Lima Filho (2001). E o turismo aqui aparece como uma noção de território para expansão econômica, em vias para a fronteira Amazônica.

Muito embora os desejos e o imaginário representado no enunciado acima citado fossem vinculados à essa esperança de modernização do estado, a história do Hotel JK e do turismo internacional com a “entrada de bilhões de dólares ao estado”, foi, como a navegação comercial, destinada ao insucesso. Mesmo com todos os esforços de JK para o cumprimento da sua meta de ‘50 anos em 5’, o governo não conseguiu terminar as obras da construção do hotel em tempo. O que se seguiu na história do hotel após a posse de Jânio Quadros e especialmente a partir da ditadura militar, foi abandono, esquecimento e destruição (LIMA FILHO, 2001).

Em 1975 o hotel passou para a administração da então GOIASTUR, uma autarquia do Estado para o turismo, em uma situação muito ruim. Apenas em início dos anos 2000 o

local foi reocupado pelos legais proprietários das terras, os Karajá, após a destruição total do Hotel JK por um incêndio em 1990.

A intenção de JK em fazer da Ilha do Bananal um porto de civilização, a partir da construção de um hotel de luxo e de diversas outras edificações, era de transformar a região em privilegiada frente econômica do sertão. Esse ideário permeou todo um imaginário regional, como vimos nos enunciados de Artiaga (1961) e Guedes de Amorim (2007).

O intuito em contextualizar as atividades políticas e econômicas relacionadas ao rio Araguaia foi para que pudéssemos compreender como se deu a investida política para com o rio, sobretudo no aspecto econômico do turístico, já que os acampamentos nas praias são práticas institucionalmente relacionadas ao turismo e essencialmente sofrem um processo de turistificação, como veremos ao longo dos capítulos. Nesse sentido, a construção do Hotel JK foi a primeira grande ação governamental que enxergou o rio Araguaia como objeto turístico a ser explorado.

De modo geral, os registros e as menções sobre os acampamentos em documentos bibliográficos que discutem a atividade turística no rio Araguaia são praticamente inexistentes, com exceção das publicações oficiais sobre as potencialidades econômicas e turísticas do Estado, e as obras sobre relatos de viagens de expedições para caça e pesca.

Nos guias informativos e turísticos a que tivemos acesso, o *Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás* (GOIÁS, 196-), como já apresentamos trechos deste documento, menciona apenas as oportunidades para a caça e a pesca, o papel dos Karajá como fundamentais na função de guias para estas atividades, como conhecedores profundos da região, mas não faz nenhuma menção à existência dos acampamentos, nem ao menos os cita. Pelo período de sua publicação, início da década de 1960, o discurso apresentado para o rio Araguaia é compatível com a ideologia política empreendida para região na época do documento, mas não incorpora como atrativo turístico a prática da organização e permanência nos acampamentos.

Nas descrições apresentados pelas obras literárias sobre relatos de viagens e expedições de caça e pesca, bem como àqueles obtidos a partir dos depoimentos pessoais colhidos no trabalho de campo, nos permitem reconhecer um período histórico para o início da prática dos acampamentos datado no início da década de 1940. Muito embora os depoimentos pessoais dos acampantes mais velhos coincidam com aquela década, os acampamentos propriamente ditos não foram incorporados ainda de início pelas políticas públicas do turismo na região.

Nossa explicação para tal fato é que, dado sua prática estar diretamente vinculada a uma expressão cultural, a uma expressão socioespacial dos hábitos e idiosincrasias de uma tradição goiana, de início, os acampamentos vistos como manifestações culturais não eram diretamente percebidas pelas instituições de fomento ao turismo como potencialidade

ou atrativo turístico, justamente por ser uma prática sociocultural local. A turistificação dos acampamentos como política pública, e como consequência inerente da própria dimensão existencial e simbólica da expressão cultural, só iria se concretizar em meados da década de 1970 e 1980, sobretudo.

Em outro documento publicado no ano de 1975, já então pelo órgão estadual para atividade turística, a GOIASTUR, no texto intitulado “O reino encantado do Araguaia” (GOIÁS, 1975, p. 42), destina atenção ao rio novamente pelas características e riqueza da fauna, bem como as facilidades para a caça e a pesca “...recursos naturais que proporcionam aos visitantes um mundo de aventuras que se renova a cada ano. Exótico, encantado, rústico e belo” (GOIÁS, 1975, p. 43), e “pelos exóticos habitantes da Ilha do Bananal (GOIÁS, 1975, p. 24), em menção aos Karajá. No texto, o discurso fortalece a imagem do Araguaia das décadas anteriores: “O Araguaia é um convite para as grandes aventuras. A prática da caça e da pesca ali, se tornou uma constante desde o século passado” (GOIÁS, 1975, p. 42). Neste documento já aparece, entretanto, as primeiras restrições declaradas para as práticas, dadas pelas normativas ambientais da época (os vetores político-turísticos e mediático-sustentáveis que discutiremos mais adiante): “A caça deve ser feita dentro dos limites estabelecidos pelo IBDF e a pesca só é permitida com anzóis” (GOIÁS, 1975, p. 42). Menciona-se também os acampamentos, inclusive por registros fotográficos, “os frequentadores mais aventureiros que dispensam os hotéis em favor dos acampamentos em barracas, uma espécie de camping sofisticado” (GOIÁS, 1975, p. 43), como podemos ver na composição da Figura 6. Notamos, portanto, que já em meados da década de 1970, a política turística no Estado de Goiás já estava solidificada, inclusive com empenho a divulgação das suas “potencialidades turísticas”.

Nesse sentido, outras políticas públicas para a criação e o desenvolvimento de uma vocação turística no vale do Araguaia foram empreendidas pelos Governos Federais e Estaduais nas décadas seguintes. Sobretudo nos anos de 1980, com o PRODIAT e de 1990 com o Programa de Regionalização do Turismo, estudos para inventário das potencialidades turísticas foram realizados, fomentando a perspectiva do rio Araguaia como destino formatado em pacote turístico. O desenvolvimento turístico dos municípios de acesso às praias foi fomentado a partir da prática cultural dos acampamentos, como veremos adiante.

Os limites entre os aspectos teóricos e os desafios práticos das políticas para o turismo se tornam claros no caso do rio Araguaia. O fracasso do hotel de luxo na ‘ilha da fantasia’ demonstra-nos o quanto a prática turística de fato, negligenciou os aspectos culturais não percebidos pela política idealista de um turismo retórico e economicista.



Imagem i: A capa principal do guia Roteiro exibe um pescador/acampante e um exemplar de Pirarucu abatido. Nota-se também o rótulo exibido na capa.

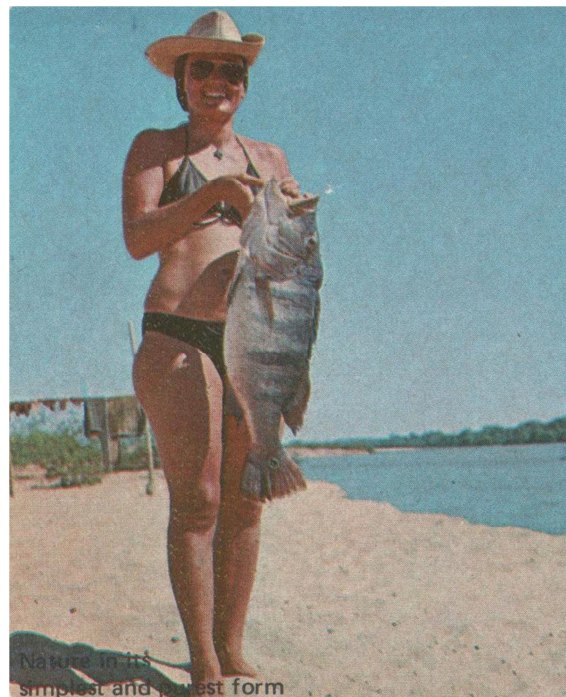


Imagem ii: Um exemplar de Caranha e a pescadora/acampante.



Imagem iii: Os acampamentos já aparecem como composição da paisagem do Araguaia e como atrativo turístico em meados da década de 1970.

Figura 6: Composição de imagens documentais que retratam a prática da pesca no rio Araguaia, destacada inclusive na capa do Guia *Roteiro – O Turismo em Brasília e Goiás*, publicada pelo órgão estadual do turismo, GOIASTUR, em 1975. Nesta data, no documento nota-se a referência aos acampamentos. Fonte: GOIAS, 1975. Organização e seleção: Ramos, 2011.

1.3.3 O Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia–Tocantins (PRODIAT) como política pública do turismo para o rio Araguaia e a turistificação do município de Aruanã

Na década de 1980, a política pública de maior relevância para a região da bacia do rio Araguaia foi o PRODIAT – Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins, de 1985/1995. Este projeto foi desenvolvido pelo Ministério do Interior e teve como objetivo realizar o diagnóstico geral das características físico-geográficas, econômicas, sociais e de infraestrutura, especificamente para os estados de Goiás e Mato Grosso, utilizando-se como unidade de planejamento os rio Araguaia e Tocantins.

Para subsidiar a elaboração desse plano, foi desenvolvida uma série de estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e socioeconômicos, dos quais inclusive nos auxiliaram na composição da caracterização dos aspectos físicos no início deste capítulo, e sobre os aspectos socioeconômicos da região, iniciados em 1982, com última publicação dos estudos em 1985.

Dentre essa série de estudos, em 1985 foi publicada a Programação de Turismo para a Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT, 1985), cujo principal objetivo era diagnosticar a configuração da potencialidade e estruturação de vocações turísticas da região de abrangência do PRODIAT. O aproveitamento das potencialidades turísticas das áreas consideradas pelo projeto foi colocado numa perspectiva em longo prazo, muito embora o estudo tenha sido justificado como “um estudo preliminar, de caráter prospectivo sobre o futuro turístico da área. O objetivo deste seria, então, propor medidas para a preservação *[sic]* de atrativos e destinadas a facilitar o seu aproveitamento futuro” (PRODIAT, 1985, p.26).

A definição da área de abrangência da programação de turismo do PRODIAT obedeceu a uma diferenciação em duas unidades de escopo turístico: os municípios centros de apoio e os polos turísticos. No primeiro foram considerados os municípios nos quais se encontram os principais equipamentos turísticos e de recepção (hotelaria, agências de viagens, centro de informação) e a infraestrutura geral (aeroportos, estradas-tronco). Os polos turísticos foram considerados como aquelas áreas geográficas nas quais se concentram os atrativos turísticos (PRODIAT, 1985). O recorte feito pelo programa considera ainda que em alguns casos, o polo turístico e o centro de apoio poderiam coincidir, como no caso de Cuiabá/MT e Goiânia/GO.

O recorte espacial da Programação Turística do PRODIAT contemplou 16 municípios, divididos e regionalizados a partir dos dois centros de apoio. Aqueles ligados à Goiânia como centro de apoio estavam: Aruanã, Minaçu, Mineiros, Goiás, Jaraguá, Paraúna, São Miguel do Araguaia, Pilar de Goiás, Aragarças, Miraçema do Norte, Porto Nacional e Peixe.

Chamamos a atenção para o fato de que, no ano de levantamento dos estudos e da elaboração do relatório técnico para a Programação Turística do PRODIAT, o estado de Goiás ainda não havia sofrido sua divisão com o estado do Tocantins. Nesse sentido, os municípios de Miraçema do Norte, Porto Nacional e Peixe pertencem atualmente à Bacia do rio Tocantins, e se constituem parte do território do estado do Tocantins. Tendo Brasília como centro de apoio estavam os municípios de Corumbá de Goiás, Formosa, Pirenópolis, Planaltina e São Domingos. Nesse sentido, os municípios goianos contemplados pelo estudo, cujo centro de apoio se faz por Goiânia, que diretamente se relacionam ou estão às margens do rio Araguaia são Aragarças, Aruanã, Mineiros e São Miguel do Araguaia. Há também os municípios de Alto Araguaia/MT e Barra do Garças/MT tendo Cuiabá/MT como centro de apoio.

O levantamento de dados do PRODIAT levou em consideração os dados de inventário já existentes na então Secretaria Estadual de Turismo de Goiás, a GOIASTUR. Os municípios foram listados por tipologia dos atrativos turísticos: naturais – áreas de belezas naturais ou apropriadas para atividades ao ar livre, tradicionais – as festas populares tradicionais, manifestações folclóricas, feiras e exposições, e culturais – monumentos históricos e outras edificações de interesse estético e cultural. Os municípios relevantes para a pesquisa foram inventariados conforme suas características apresentadas no Quadro 3.

MUNICÍPIO	TIPO DE ATRATIVO		
	Naturais	Tradicionais	Culturais
Aruanã	- Rio Araguaia	- Festa do Divino Espírito Santo - Temporada de férias de Junho a Setembro	- Artigos indígenas
São Miguel do Araguaia	- Rio Araguaia; - Praias da Fazenda Luis Alves	-	-
Nova Crixás	Não consta		

Quadro 3: Inventário dos atrativos turísticos considerados pelo PRODIAT (1985), dos municípios relevantes de acesso aos acampamentos por Goiás. Fonte: PRODIAT, 1985. Organizado por Ramos, 2010.

Para a caracterização dos dados sobre os municípios turísticos de Goiás, o inventário foi elaborado pelo órgão federal, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, com o Projeto de Identificação do Espaço Turístico Nacional, de 1983; pelo órgão estadual GOIÁSTUR, nas áreas prioritárias de desenvolvimento turístico de 1983, e pelo Plano Regional de Desenvolvimento Turístico do Centro-Oeste, desenvolvido pela empresa de consultoria ASTEL, em 1974.

Destes municípios, Aruanã e São Miguel do Araguaia foram considerados municípios prioritários pelos órgãos de desenvolvimento do turismo no Brasil e nas suas respectivas zonas de influência. Notemos, portanto, que Aruanã se destacou como dos municípios

prioritários para o desenvolvimento turístico ainda em meados da década de 1970. E em São Miguel do Araguaia, o PRODIAT já aponta também a existência de um Departamento Municipal de Turismo.

A relação dos itens de hotelaria, que do ponto de vista da demanda do turismo é o elemento mais significativo, considerando o turista como a pessoa que passa mais de um dia fora do seu local de residência, necessitando, portanto, de dormitório, o PRODIAT (1985, p. 34) aponta para a época, quatro estabelecimentos de hotelaria em Aruanã, com um total de 146 leitos. Notemos que os acampamentos não são considerados pelo documento como categoria hospedagem.

Os números da hotelaria nos municípios do recorte da pesquisa nos são interessante na configuração geral do turismo, pois, é preciso considerar que os acampamentos enquanto meios de hospedagem são sazonais, isto é, emergem apenas em uma dada época do ano. A visitação no município pode se dar, muito embora, ao longo do ano, sendo que no período da cheia do Araguaia, é mais intenso o turismo de pesca. Para estes visitantes, a única opção é realmente a utilização dos meios de hospedagem nos municípios.

O PRODIAT ainda contemplou, paradoxalmente ao que dissemos acima com a questão da hospedagem, em sua seção cinco (1985, p. 104), dados específicos sobre os fluxos e atividades geradas pelos acampamentos considerados pelo estudo como turísticos. O estudo designou as áreas aptas para o turismo aquelas relevantes por suas características naturais e ecológicas no vale do Araguaia, bem como as condições de navegabilidade, de infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo, como meios de hospedagem, rodovias e comunicações. Nesse sentido, foi considerada “como a melhor área para o desenvolvimento do turismo a situada entre Aragarças/Barra do Garças e São Miguel do Araguaia/Luis Alves” (PRODIAT, 1985, p. 107). Destacou ainda o especial significado turístico das cidades de Aruanã e Barra do Garças/MT, sendo que a primeira é ainda mais significativa pela proximidade de Goiânia (315 km), por vias de acesso pavimentadas. “Aruanã funciona efetivamente como portão de entrada para o turismo no rio” (PRODIAT, 1985, p. 107). Apesar de Barra do Garças contar com um centro urbano melhor equipado que Aruanã, na época do estudo, a qualidade das rodovias de acesso e as grandes distâncias até os centros de apoio considerados no projeto – Goiânia 400 km e Cuiabá a 500 km – constituíram-se como condicionantes restritivos para o desenvolvimento do turismo no estado de Mato Grosso para o rio Araguaia.⁹

⁹ Consideração pertinente no sentido de levantamento do perfil dos visitantes a que trabalharemos no capítulo dois. Veremos, por exemplo, que os acampados entrevistados no trabalho de campo eram todos originários do Estado de Goiás.

Com relação a origem dos acampamentos, o PRODIAT a eles se refere como “turismo espontâneo há mais de 20 anos” (PRODIAT, 1985, p. 111). Considerando a data de publicação do documento, 1985, os acampamentos teriam se iniciado em meados da década de 1960, período esse correspondente também a política da MPO, como anteriormente trabalhado. Muito embora o documento traga esse recorte temporal, também chama a atenção para o fato de que “a intensificação do turismo na área ocorreu, entretanto, a partir de 1981, com a pavimentação da GO-530, ligando Araguapaz a Aruanã, através de pouco mais de 50 km” (PRODIAT, 1985, p.111).

A construção desta estrada pode ser considerada um marco para a turistificação do município de Aruanã. O então órgão estadual de fomento do turismo, GOIASTUR, iniciou a Operação Araguaia, realizando levantamento de dados e promovendo programas e eventos turísticos nas temporadas de 1982 e 1983. Em 1984, ano de levantamento dos dados para o PRODIAT, a GOIASTUR não teve condições financeiras para a promoção dos eventos. Em 1981, segundo os dados da GOIASTUR listados no PRODIAT, ocorreram 218 acampamentos localizados no trecho considerado de relevância – entre Aruanã e Luis Alves. Os números para 1983 são coincidentes, 218 acampamentos.

Esse período de incremento estadual para atividade turística em Aruanã é citado, inclusive em um dos depoimentos coletados em 2010. A Sra. M, acampante a 28 anos, nos relata o seguinte:

Ramos: Vocês acham que os acampamentos podem causar algum impacto para os municípios?

Sra. M: Positivo, Aruanã é um exemplo, porque houve o crescimento da cidade, melhoria em infraestrutura... porque pra quem começou a vir pra cá desde 1982, você tinha um armazém em Aruanã, hoje tem excelentes casas a cidade está praticamente toda asfaltada, tem clubes, tem até condomínio fechado.

Esses elementos nos permitem afirmar que, mesmo que a prática dos acampamentos não se configure unicamente como atividade turística, pressuposto esse que será aprofundado no capítulo três, ao longo do tempo de sua prática acabou fomentando uma atividade turística nos municípios de acesso, principalmente com o esforço das políticas públicas do Estado, a exemplo de Aruanã/GO.

Esse incremento do turismo, em especial no município de Aruanã/GO, como atividade econômica fortalecida pela prática cultural dos acampamentos, foi o mote para a política pública empreendida para a região na década de 1990, sobretudo pelo Governo do Estado de Goiás, por intermédio inicialmente do SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás, e posteriormente com a criação da autarquia AGETUR – Agência de Turismo de Goiás, que deu maior atenção ao turismo como potencialidade econômica para o Estado.

As iniciativas do SEBRAE, em parceria com a EMBRATUR, a partir das diretrizes propostas pelo Programa Nacional de Turismo do SEBRAE/EMBRATUR, passam a dar maior atenção ao incremento do turismo nos municípios às margens do rio Araguaia, com intuito de fomentar a criação, a capacitação, a divulgação e o desenvolvimento dos empreendimentos da cadeia de prestação de serviços turísticos, fortalecendo a concepção e a articulação de um *trade* turístico para o Estado. A publicação empreendida pelo SEBRAE, intitulada *Anuário Turístico de Goiás*, em sua segunda edição lançada no ano de 1997, apresenta o rio Araguaia já como um destino turístico formatado, divulgando sobretudo a rede de serviços para o turista que visite a região. No documento, entretanto, os acampamentos já são divulgados com maior ênfase, inclusive de forma detalhada, descrevendo os objetos necessários para a construção dos mesmos, as restrições a caça e a pesca, então mais rigorosas seguindo a legislação ambiental nacional, e as opções de lazer. O foco não é mais a dominação da fauna, mas o rio como opção de lazer, descanso e entretenimento, sobretudo os municípios de Aruanã, Nova Crixás, Aragarças, Britânia, São Miguel do Araguaia (em Goiás) e Cocalinho/MT. Os acampamentos do tipo comercial, cuja abertura à turistificação iremos discutir, já são citados na época do documento, como uma opção ao visitante e como atrativo turístico, dado a programação festiva que os mesmos desenvolvem (FIORDA NETO, 1997).

Com a criação da AGETUR em 1999 e a partir do Programa de Regionalização do Turismo, proposto pela EMBRATUR, o estado de Goiás seguiu este modelo federal, e incorporou o vale do Araguaia nas regiões de atrativos turísticos do Estado – *O Caminho do Sol*, dando ênfase aos municípios de Aragarças, Aruanã e Luis Alves (São Miguel do Araguaia), para enquadrar e promover o Araguaia como lugar turístico.

Atualmente, o turismo na região do Araguaia pode ser avaliado a partir da política estadual centrada no Plano Estadual do Turismo da GOIÁS TURISMO (2011), a atual Agência Estadual de Políticas do Turismo em Goiás. O rio Araguaia, sobretudo a partir do município de Aruanã é assim divulgado pelo órgão na atualidade:

O município de Aruanã é a principal porta de entrada para o turismo no Rio Araguaia, um dos mais belos rios do mundo. Além disto, oferece a pesca abundante e lazer em suas lindas praias que atraem centenas de turistas em época de temporada (Julho a Setembro), período esse em que a população flutuante alcança níveis elevados. Essa atividade constitui-se num incremento à economia municipal que é baseada na agricultura, com destaque na pecuária de corte... (GOIÁS, 2011)

Essa concepção, como vemos, não contempla diretamente os acampamentos, mas situa o turismo dentro de uma outra concepção da atividade, conferindo-o não mais como esperança de uma supervalorização de enriquecimento econômico, mas como complemento às demais atividades da localidade (BARTHOLO; SAN SOLO e BURSZTYN, 2009).

Carvalho (2011) nos informa que o Estado de Goiás, desde as décadas de 2000, compõe o mapa dos destinos turísticos resultante do Projeto de Regionalização do Turismo no Brasil do Ministério do Turismo (MTUR), com os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Caldas Novas, Goiânia e Pirenópolis (MTUR /EMBRATUR, 2007). A Goiás Turismo, em seu Plano Estadual do Turismo, acrescentou a aqueles os municípios de Goiás, Aruanã e Rio Quente que, somados, compõem os chamados Municípios Indutores do Desenvolvimento do Turismo do Estado de Goiás (MIDTUR).

De acordo com estas características, e levando em consideração os aspectos econômicos da atividade turística, Carvalho aponta ainda que Aruanã enquanto MIDTUR tem como principal característica o “fluxo turístico intermitente, concentrado na temporada com a baixa do Rio Araguaia. Com pouca infraestrutura voltada para o turismo, este município apresenta baixíssimos índices de emprego registrados no setor” (CARVALHO, 2011, p.129). Tendo como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e considerando aquilo que a Organização Mundial do Turismo (OMT) define serem as atividades características do turismo (ACT) a autora nos aponta ainda que dos 3.659 domicílios recenseados pelo censo 2011 do IBGE, apenas 25% são de uso ocasional (segundas residências), e apenas 10 empregos formais registrados no setor, sendo que destes 70% no setor de alimentação e 30% no setor de hospedagem (CARVALHO, 2011, p. 130).

Nesse sentido, é possível observar que, considerando estes dados ilustrativos relacionados a índices institucionais formais para o emprego no setor do turismo, mesmo com as investidas públicas para a turistificação do Araguaia, sobretudo a exemplo do município de Aruanã, o setor ainda não é representativo economicamente no que concerne a geração de empregos. São dados representativos da atividade em Aruanã, o que reforça nosso pressuposto, muito embora consideremos que haja um mercado ligado à prestação de serviços turísticos, como apontaremos no decorrer da discussão entre as interfaces e os distanciamentos da relação turismo-tradição para os acampamentos do rio Araguaia.

Nosso intuito neste primeiro capítulo foi o de construir uma perspectiva de contextualização histórica para o rio Araguaia a partir de sua ocupação socioespacial. Apresentando um percurso que permite compreender o processo de ocupação do vale do Araguaia por sua sociedade, na perspectiva do fomento da atividade turística até o seu fortalecimento, enquanto políticas públicas e ações coletivas para a região ficaram em maior evidência. A partir das discussões do próximo capítulo, que seguem na perspectiva da análise dos aspectos estruturais da apropriação do Araguaia com o diagnóstico ambiental dos acampamentos, será possível mergulhar em uma segunda instância da análise dos acampamentos, a partir dos aspectos simbólicos-afetivos da essência dos acampamentos do rio Araguaia, cuja discussão virá na segunda parte deste trabalho.

CAPÍTULO II

COMPORTAMENTO EM REPRESENTAÇÃO: UM DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DOS ACAMPAMENTOS NA TEMPORADA DAS PRAIAS NO RIO ARAGUAIA

2.1 Considerações gerais sobre o capítulo

O presente capítulo apresenta um diagnóstico ambiental das práticas desenvolvidas nos acampamentos a partir da análise dos dados coletados em campo no ano de 2010. Parte destes dados foi sobreposto a um comparativo dos dados coletados em trabalho de intervenção realizado no ano de 2004, conforme explicamos na introdução da pesquisa.

Inicialmente, partimos de uma descrição geral de como a prática cultural dos atores que acampam se dá no ambiente natural que ocupam. Para isso, propomos uma categorização dos acampamentos baseada nas suas características estruturais, bem como nas características e na disposição espacial dos equipamentos e infraestruturas que cada grupo de acampamentos dispõem. Dentre os elementos desta listagem, analisados a partir da observação direta e organizados a partir do diário de campo, resultados dos quais originaram as Categorias dos Acampamentos conforme descreveremos a seguir, estão a estrutura e disposição do rancho principal, da cozinha e área de convivência do grupo, a estrutura utilizada e disposição dos dormitórios, as instalações hidro-sanitárias, consideradas aqui como todas as iniciativas de acondicionamento dos resíduos e efluentes, e os equipamentos de lazer e de serviços que estão a disposição dos usuários nos acampamentos.

Em seguida, discutimos como se dão as práticas de sociabilização nos acampamentos, quais as atividades sociais e coletivas vividas pelos atores durante as temporadas no rio Araguaia. O ócio e as atividades de lazer são descritas de uma forma geral, considerando logicamente que cada indivíduo, em correlação com o grupo do qual pertence, estabelece suas próprias práticas diárias a partir de suas idiossincrasias. A categorização que propomos oferece uma perspectiva geral do que se baseiam as vivências dos grupos de acampamentos, em uma descrição e caracterização das práticas socioculturais cotidianas. Não fizemos necessariamente uma distinção de classe econômica, haja vista que, independente da estrutura física porque se apresentam os acampamentos, as práticas sociais a que seus atores vivenciam são semelhantes, no que se refere a uma configuração da estrutura simbólica dos mesmos.

Este capítulo apresenta, também, os dados coletados por questionário em trabalho de campo e a sua análise na forma de um diagnóstico ambiental dos acampamentos estabelecidos nas praias do perímetro do município de Aruanã/GO. O intuito foi o de retratar e analisar as práticas comportamentais e as opiniões gerais dos atores em suas

representações sobre os aspectos sociais e ecológicos do rio Araguaia e, sobretudo, sobre suas próprias práticas. Analisamos as questões existentes no questionário e as agrupamos em três temas principais que são: o perfil dos acampamentos, as práticas ambientais e as representações sobre o rio e sobre os acampamentos. Nesse sentido, os dados quantitativos estão representados nos gráficos elaborados a partir da tabulação feita com as respostas obtidas em 2004 e 2010. A estes gráficos propomos uma leitura analítica que permita entender como se estabelece a apropriação do ambiente natural por esta prática cultural.

2.2 Temporada de praias no rio Araguaia - Um diagnóstico ambiental da atividade na estrutura e prática dos acampamentos

2.2.1 A dinâmica dos acampamentos nas praias do rio Araguaia – uma descrição da disposição espacial

Os acampamentos no rio Araguaia começam a se estruturar anualmente, ainda em meados do mês de maio, quando o rio começa a baixar suas águas dando início ao surgimento das praias, ou ao “coroamento” nos dizeres dos ribeirinhos, pescadores e acampantes. Esses acampamentos são, de maneira geral, constituídos por um ‘rancho’ central, onde estão montadas as estruturas relacionadas à alimentação e ao convívio do grupo ali instalado. O rancho é constituído por uma estrutura ampla como cobertura, podendo ser construída de palha ou de lona (Figura 7). A propósito de contextualização, os ranchos se constituem também objetos históricos e culturais significativos dos sertões brasileiros, em especial de Goiás. O naturalista português Oscar Leal (1989), em suas viagens por terras goianas faz menção a esta categoria de estalagem, tipicamente encontrada pelos caminhos de Goiás. O autor nos informa que “não havia encontrado um só hotel, mas há ranchos espalhados por todas as travessias” (LEAL, 1989, p. 57).



Foto i: Rancho de estrutura de palha com a respectiva faixa de identificação do acampamento, em acordo com as Normas de Convivência



Foto ii: Rancho de estrutura de lona e os equipamentos diversos do acampamento.

Figura 7: Composição de imagens que apresenta as estruturas diferenciadas dos ranchos encontrados nas praias do rio Araguaia. Autoria: Ramos, 2010.

Circundando o rancho estão organizados os equipamentos dos dormitórios e os de lazer. Os dormitórios se constituem de barracas, tradicionalmente, embora possamos encontrar grandes estruturas de madeira e palha, cujo interior reproduz muito aproximadamente, as estruturas de quartos convencionais (Figura 8).



Foto i: Dormitórios em barracas e acampamento em lona



Foto ii: Dormitórios em barracas e acampamento em lona. A barraca é um modelo da década de 1970.



Foto iii: Dormitório com Suíte em estrutura de palha e pré-moldado



Foto iv: Dormitório com Suíte em estrutura de palha e pré-moldado



Foto v: Dormitório com Suíte em estrutura de palha e pré-moldado



Foto vi: Acampamento e dormitórios com suíte em pré-moldado

Figura 8: Composição de imagens apresentando os diversos modelos de dormitórios encontrados nas praias do Araguaia. As primeiras imagens representam os do tipo barracas, alternando para pequenos quartos e suítes de palha até estruturas pré-moldadas. Fonte: Ramos, 2010.

As estruturas de madeira e palha tradicionalmente utilizadas na construção dos ranchos e abrigo para as barracas, bem como o modo de confeccionar estas estruturas requer, e utiliza uma práxis, um conhecimento determinado das técnicas de construção com madeira e palha, cujo saber-fazer foi introduzido pelos Karajá, conforme observamos nos próprios relatos dos acampantes, e se perpetua na prática dos ribeirinhos. A infraestrutura sanitária pode variar de um formato em que haja banheiros com instalações hidráulicas e sanitárias completas aquelas com apenas uma fossa sanitária do tipo latrina, com itens mínimos de privacidade (Figura 9).



Foto i: Banheiros em pré-moldados e caixa d'água com aquecimento dos chuveiros



Foto ii: Fossa negra para disposição de efluentes dos banheiros e cozinha do acampamento



Foto iii: Banheiros em pré-moldados e caixa d'água sem aquecimento de duchas



Foto iv: Banheiros em palha com caixa d'água sem aquecimento de duchas



Foto v: Sanitário tipo latrina em lona



Foto vi: Sanitário em lona e louça

Figura 9: Composição de imagens representando as instalações sanitárias encontradas nos diversos tipos de acampamentos. Podemos observar que as estruturas variam da grande organização, com disposição dos efluentes até instalações simples. Autoria: Ramos, 2010.

As instalações para a higienização dos objetos de cozinha também variam de uma estrutura própria de cozinha, com torneiras e lavatórios, até um jirau simples instalado às margens do rio (Figura 10).



Figura i: cozinha em estrutura de palha e a organização dos objetos.



Figura ii: cozinha em estrutura de palha e seus equipamentos. Notemos especialmente aqueles para consumo.



Figura iii: rancho em lona e uma espécie de cozinha organizada



Figura iv: jirau simples dentro do rio. Aqui os acampantes higienizam os objetos de cozinha e preparam alimentos



Figura v: cozinha em estrutura de palha e a organização dos objetos



Figura iv: rancho junto à cozinha. Nota-se os equipamentos para o preparo e conservação dos alimentos

Figura 10: Composição de imagens representando as diversas estruturas de cozinha encontradas nos acampamentos. Observamos a diferenciação entre a infraestrutura e equipamentos utilizados e a organização dos objetos. Fonte: Ramos, 2010.